

**À****Prefeitura Municipal De São José das Palmeiras - PR  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019****MÍDIAS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A instituição financeira Banco Bradesco S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12, sediada na Cidade de Deus, S/N, bairro Vila Yara, município de Osasco – SP, por meio de seus representantes legais a Sra. **Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**, Analista Suporte Comercial Sênior, casada, brasileira, portadora do RG nº 586612203 - SSP/BA e CPF nº 899.887.795-34 e a Sra. **Eliete Maria Martins de Souza**, Analista Suporte Comercial Pleno, casada, brasileira, portadora do RG nº 22.120.485-4 – SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71, desejando participar do CREDENCIAMENTO de Instituições Financeiras para prestação de Serviços Bancários de recolhimento de tributos: impostos, taxas, dívida ativa, contribuições de melhorias e demais receitas municipais através de DAM, com código de barras em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados, apresentamos a seguinte proposta:

2 **Correspondente Bancário - R\$ 3,00 (três reais)** ✓

3 **Internet - R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos)**

3 **Autoatendimento - R\$ 2,30 (dois reais e trinta centavos)** ✓

**BANCO BRADESCO S.A.**

**Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**  
Analista Suporte Comercial Sênior



**Eliete Maria Martins de Souza**  
Analista Suporte Comercial Pleno



## PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, o **BANCO BRADESCO S.A.**, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12, neste ato representado por seus Diretores abaixo assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1. JOÃO SEGUNDO DA COSTA NETO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 60121615 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 241.341.983-72; **2. JORGE LUIS CARDOUZO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 56.472.134 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 481.633.769-53; **3. JEFFERSON LADISLAU PEREIRA**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 21824085 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 129.508.228-43; **4. EDINÉIA ROSA CECÍLIO**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 22.082.539-7 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 129.770.258-12; **5. SANDRA REGINA GUERRA ALMEIDA**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 32.125.249-4 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 215.717.628-41; **6. ELIETE MACHADO**, brasileira, divorciada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 18923997 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 114.384.628-16; **7. ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 22.120.485 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 294.021.648-71; **8. GLEISE DE ÁVILA ALMEIDA CANELA**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 44.213.501-4 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 217.512.518-10; **9. ALYNE FELIPE TEIXEIRA ORTEGA**, brasileira, viúva, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 32.642.058-7-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 296.972.958-08; **10. MICHELLE DE MELLO SOUZA DUARTE**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 44.140.273-2 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 345.474.428-86; **11. MICHELLE DE LIMA SOARES GARDEZANI**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 24289267-X - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 281.357.998-02; **12. GRAZIELE BRONZERRE RODILHA**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 27761494-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 364.571.128-70; **13. MARCUS VINICIUS PIOTO**, brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3425555 - SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 847.042.843-87; **14. DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI**, brasileira, casada, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº.

201904-057





586612203 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 899.887.795-34; **15. DAIANE CASTANHARO**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 44956795-3-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 372.482.918-38 e **16. THAMIRES CORREA SILVA**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 35382894-4-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 465.664.238-00, todos com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Osasco - SP, CEP.: 06029-900, para a finalidade especial de, agindo sempre em conjunto de 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem da nomeação, representar o Outorgante na celebração de atos, contratos, convênios, acordos, propostas, ajustes e outros instrumentos congêneres, para a prestação de serviços de arrecadação inerentes ao pagamento de tributos, contas de consumo e demais afins, para concessão de empréstimos (mediante consignação em folhas de pagamento) aos servidores, associados, cooperados, sindicalizados, vinculados às entidades abaixo descritas e para participar de licitações e de concorrências abertas por entidades Estatais (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), autárquicas, fundacionais, empresariais e paraestatais, nos moldes da Lei e representar o Outorgante em Pregões Presenciais e Eletrônicos, para formular lances verbais e eletrônicos, bem como praticar quaisquer atos referentes ao Pregão. Os procuradores poderão concordar com os termos, condições e cláusulas, enfim, poderão adotar todas as medidas e providências necessárias ao correto e integral cumprimento do presente mandato, que é valido em todo território nacional pelo prazo de 1 (um) ano, contado desta data. Os substabelecimentos do presente deverão ser assinados sempre em conjunto de 2 (dois) Outorgados, independentemente da ordem de nomeação, com reserva de iguais poderes.

Osasco - SP, 25 de abril de 2019.

**BANCO BRADESCO S.A.**

João de Araújo Noronha

João Rodrigues Cano



113472  
AUTENTICAÇÃO  
AU0676AF0912077



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
22120485 SSP/SP

CPF  
294.021.648-71

DATA NASCIMENTO  
26/09/1979

FILIAÇÃO  
JOSE ANTONIO MARTINS F  
ILHO  
CACILDA LOBO MARTINS

PERMISSÃO  
ACC

CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
01228997411

VALIDADE  
10/10/2020

1ª HABILITAÇÃO  
14/04/2000



OBSERVAÇÕES  
A

*[Signature]*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO  
13/10/2015

*Daniel Annenberg*  
Daniel Annenberg - Diretor-Próximo do Detran-SP  
ASSINATURA DO EMISSOR

04868689068  
SP691423490

DETRAN-SP SAO PAULO



4.0 TABELA DE NOTAS OSASCO  
AUTENTICAÇÃO  
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fei.  
Osasco-SP Data 3,58  
23 OUT. 2019  
DANIELE JUSTINIANO JESUS  
Escritor  
com o selo de autenticidade

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1177593286

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1177593286



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1131828950

NOME  
DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
586612203 SSPBA

CPF  
899.887.795-34

DATA NASCIMENTO  
15/07/1975

FILIAÇÃO  
ALBERTO SANTANA DE SOU  
ZA  
MIRACI SAMPAIO DE SOUZ  
A

PERMISSÃO  
ACC  
CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
01224328886

VALIDADE  
18/07/2020

1ª HABILITAÇÃO  
24/04/1995

OBSERVAÇÕES  
A

*fouu*  
ASSINATURA DO PORTADOR

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1131828950

LOCAL  
OSASCO, SP

DATA EMISSÃO  
21/07/2015

*Daniel Antonberg*  
Daniel Antonberg - Diretor Presidente do Detran-SP  
Assinatura do Emissor

51157787338  
SP681350296

DETRAN-SP (SAO PAULO)

4.º TABELÃO DE NOTAS-OSASCO  
AUTENTICAÇÃO  
Esta fotocópia é reprodução fiel  
do documento original, dou fe.  
Osasco-SP Desta 3,58

14 OUT 2019

Luis Fernando Antonino Robles  
Escrevente  
Válido somente com a foto autenticada



EM BRANCO







ERA:  
RASI

L

aciones-  
nabizla  
gar na  
Jomea,  
15 ho-  
corrupe  
tas da  
alanco  
ro de  
scal e  
dio, a  
e ad-  
943.

-13

IRA

v  
mos  
cia  
v  
dola  
e \$1  
os \$  
ca  
a d  
ando.  
30.  
p h  
or-  
em  
M  
ros  
da  
ra  
AS

as  
us  
ra  
s

**AUTENTICAÇÃO**  
Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, do(a) Osasco-SP. Pasta 3.58

**24 OUT. 2019**

**THIAGO DALESSANDRO**  
Esporte  
Colégio Marista  
do Brasil  
São São Paulo

**113472**  
**AUTENTICAÇÃO**  
**AU0676AF0909183**















**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
(EM C25 MIL)

	31/12/88	31/12/87
RECEITAS	1.717	811
Rendas de Títulos	1.342	545
Aluguéis	340	89
Outras	35	218
DESPESAS	6.629	1.348
Desp. Tributárias	270	31
Depreciação	1.309	197
Encargos Sociais	111	5
Desp. Financeiras	37	105
Outras	502	183
Corr. Monet. Exerc.	4.387	787
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.912)</b>	<b>537</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
(EM C25 MIL)

	31/12/88	31/12/87
RECEITAS	1.717	811
Rendas de Títulos	1.342	545
Aluguéis	340	89
Outras	35	218
DESPESAS	6.629	1.348
Desp. Tributárias	270	31
Depreciação	1.309	197
Encargos Sociais	111	5
Desp. Financeiras	37	105
Outras	502	183
Corr. Monet. Exerc.	4.387	787
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.912)</b>	<b>537</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
(EM C25 MIL)

	31/12/88	31/12/87
RECEITAS	1.717	811
Rendas de Títulos	1.342	545
Aluguéis	340	89
Outras	35	218
DESPESAS	6.629	1.348
Desp. Tributárias	270	31
Depreciação	1.309	197
Encargos Sociais	111	5
Desp. Financeiras	37	105
Outras	502	183
Corr. Monet. Exerc.	4.387	787
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.912)</b>	<b>537</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**  
(EM C25 MIL)

	31/12/88	31/12/87
RECEITAS	1.717	811
Rendas de Títulos	1.342	545
Aluguéis	340	89
Outras	35	218
DESPESAS	6.629	1.348
Desp. Tributárias	270	31
Depreciação	1.309	197
Encargos Sociais	111	5
Desp. Financeiras	37	105
Outras	502	183
Corr. Monet. Exerc.	4.387	787
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.912)</b>	<b>537</b>

**RCF NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES S/A - C.G.C. Nº 53.646.428/0001-72**

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 1988**

	31/12/88	31/12/87
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE	1.710	631
Bancos e Movimento	11	12
Aplicações Mercado Aberto	508	508
Banco do Brasil C/Ouro	1.097	111
Outras Créditos	602	6.742
<b>PERMANENTE</b>		
IMOBILIZADO	58.350	58.350
Imóveis	58.350	58.350
Veículos	58.603	58.603
(-) Depreciações	18	91
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>(9.503)</b>	<b>(665)</b>
<b>PASSIVO</b>		
CIRCULANTE	634	347
Credores Diversos	634	347
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital	59.426	59.426
Corr. Monet. Cap. Real	9.470	9.470
Lucro Préj. Acumulado	77.278	77.278
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>60.060</b>	<b>7.373</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM C25 MIL)**

	Reserva de Capital	Prejuízo Acumulado	Total
SALDO EM 31/12/87	2.164	(2.444)	7.028
Correção Monetária	77.278	(7.306)	5.835
Aumento de Capital	7.306	(7.306)	(4.912)
Prejuízo do Exercício	77.278	(27.322)	59.426
<b>SALDO EM 31/12/88</b>	<b>84.726</b>	<b>(32.078)</b>	<b>52.648</b>

**CASIL S.A. - CARBURETO DE SILÍCIO**  
C.G.C. Nº 51.544.021/0001-09

**EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

DATA, HORA E LOCAL: 01.11.88, às 16:00 hs, na Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - São Paulo-SP, PRESENÇA: Comparcimento Unânime dos acionistas: MESA: Presidente - Dr. Joaquim Salles Leite, Secretário - Dr. Syla Franco, DECISÕES: A) aumento do Capital Social de R\$ 180.000,00 para R\$ 200.000,00, mediante incorporação de lucros, no valor de R\$ 40.000,00, sem emissão de novas ações; B) nova redação do Art. 9º do Estatuto Social que passa a ter a seguinte redação: "Art. 9º - O Capital Social é de R\$ 200.000,00 dividido em 6.029.310,407 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal"; ENCERRAMENTO: Lida, aprovada e assinada pelo Presidente, Secretário e os Acionistas, São Paulo, 01.11.88. CERTIDÃO: JUCESP Nº 668.966, 06.12.88. Kamei Miguel Nahas - Secretário Geral.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM C25 MIL)**

	Reserva de Capital	Prejuízo Acumulado	Total
SALDO EM 31/12/87	2.164	(2.444)	7.028
Correção Monetária	77.278	(7.306)	5.835
Aumento de Capital	7.306	(7.306)	(4.912)
Prejuízo do Exercício	77.278	(27.322)	59.426
<b>SALDO EM 31/12/88</b>	<b>84.726</b>	<b>(32.078)</b>	<b>52.648</b>

**BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.**  
COC. 60.746.948/0001-12

ATA DA 168ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 29.12.1988.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO-CERTIFICOU o registro sob o número 699.912, em 22.02.89, a) Kamei Miguel Nahas - Secretário Geral.

**EMPREENHEIRA IRMOS TEIXEIRA S/C LTDA - ME**

Por instrumento de 01 de Março de 1989, DANIEL TEIXEIRA DE FREITAS e BENEDITO TEIXEIRA DE FREITAS, constituíram uma sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, com sede a Av. Fernão Dias Paes Leme, 1300 - Jardim Primavera - Várzea Pta, sob o razão social de "EMPREENHEIRA IRMOS TEIXEIRA S/C LTDA - ME", tendo por objetivo a exploração do ramo de Empreiteira de Obras em Geral, o capital é de R\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) dividido em 3.000 (mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, subscritas pelos sócios da seguinte forma: DANIEL TEIXEIRA DE FREITAS R\$ 1.500,00, BENEDITO TEIXEIRA DE FREITAS R\$ 1.500,00. A responsabilidade dos sócios é limitada e totalidade do capital social, a gerência será exercida pelos sócios em conjunto de dois, e representada por ambos os sócios ativo, passivo, judicial e extrajudicialmente, podendo a administração ser reformada mediante os sócios, a sociedade existirá enquanto convier aos sócios, podendo ser extinta pelo código civil, sendo o patrimônio dividido entre os sócios, o prazo de duração é indeterminado.

**EXTRATO DO CONTRATO SOCIAL ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CANTINHO DO CÉU" S/C LTDA.** Sediada na cidade de Aguiar SP, início atividade 20.02.89, capital R\$ 1.000,00. Sócios: Angela Maria Valim Costa de Oliveira e Rui Sasso de Oliveira. A Angela Maria Valim Costa de Oliveira responde pela entidade. Aguiar 23.02.89.





**Construção e Locação e de quaisquer contratos celebrados em decorrência da implementação do objetivo social da Companhia;** (h) a alienação dos bens da Companhia a terceiros em favor de sua implementação ou de sua constituição de qualquer ônus sobre os mesmos; (i) a criação de obrigações de qualquer natureza acessórias para a Companhia de valor igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (j) autorização para emissão de títulos de crédito financeiro, de quaisquer valores mobiliários, inclusive Certificados de Recebíveis Imobiliários, lastreados nos Créditos oriundos do Contrato de Construção e Locação, podendo delegar poderes ao Conselho de Administração para que tome todas as medidas necessárias à implementação da emissão autorizada, podendo, inclusive, negar ou estabelecer condições, cláusulas, termos e condições da emissão; (k) aprovação do orçamento anual e qualquer outro despesa não prevista no orçamento anual que ultrapassarem o valor fixado no artigo 6º; (l) **Parágrafo Primeiro** - ser dada pela Assembleia Geral ao saldo do lucro líquido; (m) contratação e prestação de serviços, inclusive de consultorias, que, além das atividades ordinárias, verifiquem o cumprimento estrito das obrigações e existência de condições de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária da Companhia; e (n) quaisquer atos que possam afetar a autonomia e capacidade da Companhia de efetuar o pagamento pontual e integral de eventuais obrigações assumidas.

**Capítulo VI - Exercício Social: Artigo 33 -** O exercício social coincide com o ano civil, abrangendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, findo o qual a Assembleia Geral, para o exercício seguinte, deverá aprovar as demonstrações financeiras exigidas em Lei. **Parágrafo Primeiro** - Do resultado do exercício, a Assembleia Geral, para qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. No encerramento do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária a proposta sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, observada a seguinte ordem: i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; ii) 0,001% (um milésimo percentual) do saldo do exercício para constituição de reserva de lucros; e iii) 99,99% do lucro líquido ajustado para a distribuição de dividendos aos acionistas. **Parágrafo Segundo** - A destinação do lucro líquido da Companhia, com a finalidade de absorver lucros apurados pela Companhia decorrentes da contabilização da contrapartida da avaliação, a valor justo, de propriedades para investimento, enquanto não há realização destas propriedades, nos termos das regras contábeis em vigor, além de assegurar recursos para investimentos, ações de capitalização, projetos de pesquisa, inclusive através de amortizações de devedas; e iv) o saldo, se houver, após as destinações supracitadas, será o montante disponível para distribuição aos acionistas. **Parágrafo Segundo** - Sempre que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (ii) do **Parágrafo Primeiro**, for superior ao montante da distribuição de dividendos obrigatórios, a Assembleia Geral, para o exercício seguinte, poderá, a critério de sua administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia poderá, a qualquer tempo, balanços patrimoniais intermediários para cumprir os requisitos legais ou atender a conveniência da administração, inclusive para distribuição de dividendos extraordinários, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarto** - **Artigo 34 -** A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, criar, extinguir, liquidar ou extingui-los, inclusive por meio de fusão, incorporação, cisão, transformação, ou qualquer outra modalidade de reorganização societária. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação e elegem o Conselho Fiscal, ou manterá o já existente, que deverá funcionar durante o período de liquidação e encerrar a liquidação no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data da decisão da Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação e elegem o Conselho Fiscal, ou manterá o já existente, que deverá funcionar durante o período de liquidação e encerrar a liquidação no prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data da decisão da Assembleia Geral.

**Capítulo VIII - Disposições Finais: Artigo 35 -** A administração da Companhia arquivará na sede social os documentos necessários, obrigando-se a cumprir-lhes integralmente, sendo que todos os atos e atos passíveis de ação por publicidade serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Jornal Valor Econômico Regional" (Lei nº 9.457 de 15.05.1997, e 10.303 de 31.10.2001. Artigo 36 - O presente Estatuto Social da Companhia foi elaborado em 05 de março de 2004, em São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente Estatuto com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[illegible]







## Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 07.628.529/0001-59 - NIRE nº 35.300.326.237  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
São convocados os senhores acionistas da Braslagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("Companhia"), a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 16 de outubro de 2018, às 14:00h, em primeira convocação, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, 5º andar, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2018. 1.2. Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 30 de junho de 2018 e a respectiva distribuição de dividendos. 1.3. Fazer a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de julho de 2018. 1.4. Deliberar sobre a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, bem como sobre a fixação da remuneração global anual dos membros eleitos que, nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 162, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da média da remuneração atribuída aos diretores da Companhia. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da LSA, e de acordo com o parágrafo 5º, do artigo 10º, do Estatuto Social da Companhia, a participação dos Srs. acionistas poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído. Para que os acionistas ou seus representantes legais sejam admitidos na Assembleia, deverão comparecer munidos dos seguintes documentos: (i) se pessoa física: Documento de Identidade e, se for o caso, instrumento de procuração com poderes especiais e reconhecimento de firma; (ii) se pessoa jurídica: Estatuto ou Contrato Social, com a respectiva ata de eleição dos administradores e, em caso de ser representado por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais e respectivo reconhecimento de firma, bem como cópia do documento de identidade do representante ou procurador, conforme o caso. Em ambos os casos, deverá ser apresentado o comprovante de qualificação de acionista da Companhia expedido nos últimos 5 (cinco) dias pelo Banco Bradesco S.A. ou por agente de custódia. Para uma melhor organização dos trabalhos, nos termos do § 9º art. 10 de seu Estatuto Social, a Companhia solicita que os documentos de cadastramento e representação acima mencionados sejam também encaminhados por e-mail ([rb@braslagro.com.br](mailto:rb@braslagro.com.br)) com cópia para: [jur@braslagro.com.br](mailto:jur@braslagro.com.br) ou depositados na sede da Companhia com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência da data da Assembleia. Nos termos da IN/CVM 481, conforme alterada, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes também na Proposta de Administração. Cópia dos documentos e propostas relacionados às matérias da Assembleia ora convocada estão disponíveis aos senhores acionistas na sede da Companhia, no seu site ([www.braslagro.com.br](http://www.braslagro.com.br)), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br/bp/bp.html>) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<http://www.cvm.gov.br>). Para entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, favor utilizar os telefones (55 11) 3035-5550 / (55 11) 3035-5574 ou e-mail [ri@braslagro.com.br](mailto:ri@braslagro.com.br). São Paulo, 12 de setembro de 2018. **Eduardo S. Elzstein** - Presidente do Conselho de Administração

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ nº 07.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 2.898, do Conselho de Administração, realizada em 5.4.2018**

Aos 5 dias do mês de abril do ano de 2018, às 15h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, 4º andar do Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os senhores conselheiros, acatando recomendação do Comitê de Sucessão e Nomeação da Organização Bradesco, desta data, deliberaram eleger o cargo de Diretor Regional o senhor Altair Luiz Guadalupe, brasileiro, divorciado, beneditino, RG 12/R.1.838.961/SSP-SC, CPF 580.065.169-67, com mandato coincidente com o dos demais membros da diretoria, até o 1º Reunião deste Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, entendido esta a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade, sendo que seu nome será levado à aprovação do Banco Bradesco S.A., após o que tomará posse de seu cargo. O diretor arquivou na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atende às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional. Quórum da Deliberação: unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinaram, registrando-se a ausência do senhor João Aguiar Alvarez, em férias, e os Srs. Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Denise Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre de Silva Glöcher, José Augusto Pincini e Maurício Machado de Minas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. aa) José Augusto Pincini e Antonio José da Barbara. Certidão: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - JUCESP - Certifico o registro sob número 307.745/18-6, em 6.8.2018. a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**Critério S/A Avaliação e Cobrança**  
CNPJ/MF nº 54.250.105/0001-28 - NIRE 35.0012772-2  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO-ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se em 20.09.2018, às 10 horas, na sede social, Rua Prof. Manoel José Pedroso, 217, sala 3, CEP 06717-100, Cotia/SP, para votar a Ordem do Dia: 1) Alteração do objeto social dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras de 31/12/2017; 2) Destinação do resultado do exercício de 2017; 3) Eleição da Diretoria; 4) Fixação da remuneração anual global da Diretoria; 5) Estabelecimento do prazo do mandato da Diretoria; 6) Definição de jornal para as publicações; em atendimento ao § 3º do art. 289, da Lei 6.404/1976; 7) Aumento do capital social; 8) Alteração do objeto social; 9) Alteração da denominação social; 10) Consequente alteração de registro das atas nºs 1ª, 3ª e 9ª do Estatuto Social. Os documentos e propostas objeto da ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede social. Cotia/SP, 11.09.2018. Aureo Alves da Silva-Diretor. (12, 13 e 14)

## Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 57.214.263/0001-47 - NIRE 35.300.483.651  
**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20/09/2018**  
Local e Horário: na sede da "Companhia", localizada na cidade de São Paulo, SP, na Rua Pedro João Manuel, 222, sala 32, Cerqueira César, CEP 01411-000, às 9h00 (nove horas). **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 (a "LSA"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Muriel Matalon, Presidente, Michele Matalon, Secretária. **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2017; e (ii) deliberar sobre o resultado do exercício de 2017. **Deliberações:** por unanimidade, observadas as restrições legais ao exercício do direito de voto, em qualquer oposição, ressalvada, restrito ou protesto dos presentes, foram adotadas as seguintes resoluções: 1. Considerar sanadas (i) a inobservância à antecedência na publicação do balanço, com base no permissivo constante no artigo 133, § 4º, da Lei das S.A., e (ii) a inobservância ao prazo para realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 132, da Lei das S.A. 2. Aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal O Dia SP ambos na edição de 10/08/2018. 3. Aprovar os ajustes referentes a exercícios anteriores no montante de R\$ 513.935,25 (quinhentos e treze mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), no valor de R\$ 3.101.062,05 (três milhões, cento e um mil, sessenta e dois reais e cinco centavos) para a Reserva de Lucros da Companhia, sem qualquer distribuição de dividendos aos acionistas em relação ao lucro líquido do exercício de 2017, nos termos do artigo 202, § 3º, inciso II, da Lei das S.A. 4. Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias ao cumprimento das deliberações tomadas nesta Assembleia, inclusive no que tange ao registro contábil das deliberações. **Documentos:** ficaram arquivados na sede da Companhia o Relatório, Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, na forma de sumário, sendo esta cópia fiel daquela lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, que, tendo sido lida e achada conforme, foi assinada. **Mesa:** Muriel Matalon, Presidente, Michele Matalon, Secretária. **Acionista:** Muriel Matalon; Michele Matalon. São Paulo, 20/09/2018. **Mesa:** Muriel Matalon - Presidente; Michele Matalon - Secretária. JUCESP nº 427.740/18-6, em 10/09/2018.

## Auguri Al Mare Holding Patrimonial Ltda.

CNPJ/MF nº 09.072.144/0001-22 - NIRE nº 35.221.743.061  
**Ata da Reunião de Sócios**  
Data, Hora e Local: 12/09/2018, 10h, na sede social da Auguri Al Mare Holding Patrimonial Ltda., com sede em SP/SP, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 4.883, Jardim Paulista, nº 401-002 ("Sociedade"). **Composição da Mesa:** Presidente - Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Secretário - Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Convocação:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de sócios representando 100% do capital social da Sociedade. **Instalação e Presença:** Reunião instalada em 1ª convocação considerando estarem presente a totalidade dos sócios. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito das matérias (i) redireção do capital social para absorver a totalidade do saldo existente na conta de prejuízos acumulados da Sociedade; (ii) redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00 por estar excessivo em relação ao objetivo social da Sociedade. **Deliberações Tomadas:** Após a discussão das matérias, os sócios, por unanimidade de votos, deliberaram o seguinte: (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00 por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1.00 cada uma. Referida redução afetará de maneira desproporcional, parte da participação de detida pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher no capital da Sociedade, os quais serão restituídos da seguinte forma: (i) a sócia Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher será afetada pelo cancelamento de 405.000 quotas, totalmente integralizadas, e será restituída mediante crédito em conta corrente de titularidade do referido sócio, no valor de R\$ 901.877,00. Em razão das deliberações anteriores, o capital social da Sociedade será de R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, detidas pelos sócios Ana Silveira Araújo Cintra Zúcher e Alberto Guimarães Aguirre Zúcher. **Deliberações:** (i) a redução do capital social da Sociedade em R\$ 1.306.877,00, por estar em excesso em relação ao seu objetivo social, com o consequente cancelamento de 1.306.877 quotas, passando o capital social de R\$ 2.821.489,00 para R\$ 1.514.612,00, dividido em 1.514.612 quotas, no valor



sexta-feira, 14 de Setembro de 2012

[illegible]

## Banco Bradesco S.A.

[illegible]

113  
AUTHENTIC  
AU0676AF091

2 8 OUT. 2019  
 113472  
 0912323



AIJ0676AF0912325



113472  
NTICAÇÃO  
0912326











**Viver Incorporadora e Construtora S.A.**

(Em Recuperação Judicial)  
CNPJ nº 07.571.414/0001-41 - NIRE 35.300.338.421  
Código CVM nº 20702 (Companhia Aberta - Novo Mercado)

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**  
Nos termos da Lei 6.404/76, ficam os Senhores Acionistas da Viver Incorporadora e Construtora S.A. convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29/04/2019, às 10h, em São Paulo/SP, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, Edifício Anum VIII, Conjunto 52, Jardim Paulista, CEP 04551-010, a fim de deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia. Na pauta da Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, inclusive o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (ii) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia; (iii) Definir o número de membros do Conselho de Administração no próximo mandato; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; (v) Nomear o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vi) Definir o número de membros que comporão o Conselho Fiscal no próximo mandato; e (vii) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia. **Informações Gerais:** (a) Exercício do Direito de Voto: a fim de facilitar os trabalhos da AGO, solicita-se aos acionistas que depositem, na sede social da Companhia, com antecedência mínima de 3 dias corridos, contados da data da realização desta: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista por procurador. O acionista ou o seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. (b) Informamos que, caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto a distância, o acionista poderá enviar o boletim de voto a distância por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha acesso de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto por meio de uma corretora de valores S.A., observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Itaú Corretora de Valores S.A.; (2) caso tenha acesso de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; ou ainda (3) diretamente à Companhia, conforme orientações e prazos constantes do Boletim de Voto a Distância divulgado pela Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09, bem como as orientações e prazos constantes do Boletim de Voto a Distância divulgado pela Companhia. (c) Documentos: Os documentos a serem discutidos na AGO e aqueles necessários ao exercício do direito de voto, inclusive os referidos nos artigos 9, 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se na Proposta da Administração que está à disposição dos acionistas no endereço da Companhia acima indicado e nos websites da Companhia ([www.viver.com.br](http://www.viver.com.br)), de CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) na internet. (d) Processo de Votação: A fim de facilitar o processo de deliberação, o processo de votação relativo à eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, assim como a votação para a escolha do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, serão conduzidos de forma independente. (e) Requisição da Adoção de Voto Múltiplo: Informamos que, nos termos do artigo 1º da Instrução CVM nº 165/91 e do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, conforme alteradas, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição do voto múltiplo, para eleição do Conselho de Administração, é de 5%. Note-se que, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 horas antes da realização da AGO. São Paulo, 11/04/2019. **Rodrigo César Dias Machado** - Presidente do Conselho de Administração

**Banco Bradesco S.A.**

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 3.026, do Conselho de Administração, realizada em 30.11.2018**

Aos 30 dias do mês de novembro de 2018, às 15h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Via Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Milton Matsumoto assumido a função de Secretário. O senhor Presidente deu início aos trabalhos registrando a participação do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme por teleconferência, em razão de estar fora da localidade da reunião, conforme prerrogativa do Parágrafo Segundo do Artigo 8º do Estatuto Social, e as ausências da senhora Denise Aguiar Alvarez e dos senhores João Aguiar Alvarez e Alexandre da Silva Gilher. A reunião teve por objetivo registrar os pedidos de renúncia formulados pelos senhores Antonio Plovesan e Francisco Assis da Silveira Junior, ambos Diretores Regionais, em cartas de 29.11.2018, cujas transcrições foram disponibilizadas, as quais foram arquivadas na sede da Sociedade, para todos os fins de direito, consignando, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinam. a) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Milton Matsumoto, José Augusto Páncini e Maurício Machado de Minas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. a) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - Procuradores. **Certidão:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - JUCESP - Certifico o registro sob número 2.384/19-0, em 7.1.2019. a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**Companhia Produtores de Armazéns Gerais**

CNPJ nº 58.143.967/0001-02

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária** - Convidamos os Senhores Acionistas da Companhia Produtores de Armazéns Gerais a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 26 de abril de 2019, às 9:00 horas, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2344 - 13º andar, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomada de Contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2018; 2) - Fixação da Remuneração Anual dos Diretores e do Conselho Consultivo para o exercício de 2019; 3) - Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 10/04/2019. **Newton Takashi Nagas** - Diretor Presidente.

**APOLLO TUBULARS S/A**

CNPJ nº 42.419.150/0001-84 - NIRE 35.3.003682.8

**Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de março de 2019**

Local e Hora: No escritório administrativo da Companhia, na Rua do Passeio nº 70 - 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, às 15:00 horas. **Presença:** Presente o acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no livro societário respectivo. **Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença do acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, na forma do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76. **Mesa:** Alcides Moraes Filho Presidente, e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações:** Após discussão a matéria constante da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas: (i) Autorizar a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do que permite o parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei 6.404/76. (ii) Aprovada, por unanimidade de votos, a eleição do Sr. **Paulo César Peixoto de Castro Palhares**, brasileiro, casado, industrial, com endereço comercial nesta cidade, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, portador da carteira de identidade nº 01.689.307-5, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.684.277-87, para o cargo de membro do Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros eleitos, até 27 de julho de 2020. O membro do Conselho de Administração eleito tomará posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse, no qual declarará sob as penas da lei, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, que (i) não está impedido, por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) que não foi declarado inabilitado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (iii) tem reputação ilibada; (iv) não ocupa cargos em sociedades que possam ser consideradas como concorrentes no mercado da Companhia; e (v) não tem interesse conflitante com o da Companhia. Em razão da deliberação deste item, o Conselho de Administração da Companhia terá a seguinte composição, como **Presidente do Conselho de Administração:** **Amin Alves Murad**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da carteira de identidade nº 07.984.226-70, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 610.935.207-34, com endereço comercial na Rua do Passeio, 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, como **Vice-Presidente do Conselho de Administração:** **Emílio Salgado Filho**, brasileiro, casado, industrial, portador da carteira de identidade nº 4.011.029-8, expedida pelo IPFRJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 629.291.947-15, com endereço comercial na Rua do Passeio, 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e como membros do Conselho de Administração: **Alcides Moraes Filho**, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade nº 3.151.619, expedida pelo IPFRJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.214.537-91, com endereço comercial na Rua do Passeio, 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, **Carlos Eduardo de Sá Baptista**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1.886.779, expedida pelo IPFRJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 100.638.977-68, com endereço comercial na Rua do Passeio, 70, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.221-290, **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares**, brasileiro, casado, industrial, portador da carteira de identidade nº 01.476.807-1, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.684.437-15, com endereço comercial na Rua do Passeio, 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e **Paulo César Peixoto de Castro Palhares**, brasileiro, casado, industrial, portador da carteira de identidade nº 01.689.307-5, expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.684.277-87, com endereço comercial na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente assembleia lavrando-se a presente ata em livro próprio que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelo Presidente, Secretário e acionista abaixo. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio, ficando autorizada a sua publicação. Rio de Janeiro, 11 de março de 2019. **Alcides Moraes Filho** - Presidente da Assembleia, **Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares** - Secretário da Assembleia. **JUCESP** - Certifico o registro sob o nº 200.228/19-8 em 09/04/2019. **Gisela Simiela Ceschin** - Secretária Geral.

**Sonae Sierra Brasil S.A.**

CNPJ nº 05.878.397/0001-32 - NIRE 35300388325

**Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária**

O Conselho de Administração da Sonae Sierra Brasil S.A. ("Companhia") por seu Presidente, Sr. Fernando Maria Guedes Machado Antunes de Oliveira, convida os senhores acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2019, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.184, 13º andar, sala 130, Via da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias objeto da ordem do dia: (i) as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (ii) a proposta da administração de orçamento de capital para o ano de 2019; (iii) a proposta da administração de destinação do resultado do exercício social em 31 de dezembro de 2018; (iv) a proposta da administração de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores; (v) a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2019; e (vi) a fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2019. **Informações Gerais:** 1. Consoante o artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para participar da Assembleia Geral os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, além do documento de identidade com foto (Carteira de Identidade Registro Geral "RG", Carteira Nacional de Habilitação "CNH", passaporte, carteira de identidade expedida pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante de titularidade de ações expedido pela instituição financeira depositária responsável pela escrituração das ações da Companhia, o qual recomenda-se ter em mãos expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes de custódia funcional de ações nominativas, extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. 2. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia solicita aos senhores acionistas que deem conhecimento dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia. 3. Informamos que, caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto a distância, poderá, conforme aplicável, enviar o boletim de voto a distância por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha acesso de emissão da Companhia depositadas junto ao Escriturador, transmitir as instruções de voto ao Escriturador, observados os procedimentos e os documentos exigidos por ele; (2) caso tenha acesso de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; ou ainda (3) diretamente à Companhia, conforme orientações e prazos constantes do Boletim de Voto a Distância. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, bem como as orientações e prazos constantes do Boletim de Voto a Distância. 4. Finalmente, em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, prazos constantes do Boletim de Voto a Distância em 26/02/2019, a sede social da Companhia e no endereço eletrônico na Internet da Companhia (<http://www.sonae.com.br>), de B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), a Proposta da Administração, bem como cópias dos demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral. São Paulo, 12 de abril de 2019. **Fernando Maria Guedes Machado Antunes de Oliveira** - Presidente do Conselho de Administração.

**AXA SEGUROS S.A.**

CNPJ nº 19.323.190/0001-06

**Errata**

Em nossas demonstrações financeiras publicadas no Diário Oficial Estado de São Paulo e jornal Folha de São Paulo em 26/02/2019, em nossa nota explicativa nº 20 Patrimônio Líquido, em nossa tabela Descrição nas linhas abaixo onde se lê:

Descrição	31 de dezembro de 2018
Patrimônio líquido	240.906
Despesa antecipadas	(26)
Ativo intangível	(109.024)
50% dos intangíveis referente a contratos de ponto de venda, até 15% do capital mínimo requerido	11.813
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>143.669</b>
<b>Capital base (CB)</b>	<b>15.000</b>
Capital de risco de crédito	9.344
Capital de risco de subscrição	70.131
Capital de risco operacional	3.187
Capital de risco de mercado	1.212
Benefício da diversificação	(5.116)
Capital de risco (CR)	78.756
<b>Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)</b>	<b>78.756</b>
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R\$	67.599
Suficiência do PLA em relação ao CMR - %	46%

Descrição	31 de dezembro de 2018
Patrimônio líquido	240.906
Despesa antecipadas	(26)
Ativo intangível	(109.024)
50% dos intangíveis referente a contratos de ponto de venda, até 15% do capital mínimo requerido	11.813
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>143.669</b>
<b>Capital base (CB)</b>	<b>15.000</b>
Capital de risco de crédito	9.344
Capital de risco de subscrição	70.131
Capital de risco operacional	3.187
Capital de risco de mercado	1.212
Benefício da diversificação	(5.116)
Capital de risco (CR)	78.756
<b>Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)</b>	<b>78.756</b>
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R\$	64.913
Suficiência do PLA em relação ao CMR - %	45%

**G2C Globo Comercialização de Conteúdos S.A.**

CNPJ/MF nº 01.007.021/0001-00 - NIRE 35.3.0014407-9

**Extrato de Ata de AGO realizada em 28 de Março de 2019.**  
**Instalação:** 28/03/2019, 15 horas, sede social. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** totalidade do capital. **Mesa:** Presidente: Fernando Nascimento Ramos e Secretária: Georgiane Andrea Oliveira Fukumura. 4. **Deliberações aprovadas:** AGO: 1) O Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras de 31/12/2018, publicados em 26/03/2019 no DCI e Serviços e no DCESP; 2) Aprovada a proposta de destinação do resultado do exercício de 31/12/2018, no valor de R\$ 5.606.588,79, sendo (i) R\$ 111.846,13 para a constituição de reserva legal; (ii) R\$ 1.373.688,66 distribuído à Acionista a título de dividendos, correspondendo ao 10% obrigatório; (iii) R\$ 4.121.057,00 para a reserva de retenção de lucros. Em AGE: 3) Aprovada a distribuição do saldo da reserva de retenção de lucros, no valor total de R\$ 4.121.057,00. **Encerramento:** Nada mais a tratar. 28/03/2019. **Fernando Nascimento Ramos** - Presidente. **Georgiane Andrea Oliveira Fukumura** - Secretária. **Acionista Presente:** **Georgiane Andrea Oliveira Fukumura** - **Participação S.A.** - Sérgio Lourenço Marques e **Clayton de Almeida** original, dou. fé. **Lopes Sui Ribeiro JUCESP** - nº 185.919/19-4 em 05/04/2019 - 56

**Paulista Lajeado Energia S.A.**

CNPJ/MF nº 03.491.603/0001-21 - NIRE 35.300.174.309

**Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação**

A Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado" ou "Companhia"), convida os senhores acionistas da Companhia, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2019 às 10h00, na sede da Companhia Paulista de Força e Luz, situada na Rodovia Engenheiro Miguel Nolasco Borges, 1755, Km 2,5, CEP: 13087-140 - Parque São Quilino, Nascimentos Surui, SP. (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iii) Fixar a remuneração dos membros Administradores. **Jaguaria, 13 de abril de 2019. Karin Regina Luchesi** - Presidente do Conselho de Administração.









**CF IV Logística Ltda.**  
CNPJ/MF nº 18.416.374/0001-10 - NIRE 35.228.078.392  
Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social e Assembleia Geral Extraordinária para Transformação em Sociedade Anônima

1) **Cadillac Fairview Brasil Participações Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede em São Paulo/SP, ("Cadillac Fairview"); 2) **Robert Charles Gibbins**, passaporte Britânico nº 517780318, CPF/MF nº 232.008.438-02, residente e domiciliado na 8ª Residência Prevênt, Chemin Des Couleuvres, CH - 1295, na cidade de Tannay, Suíça, neste ato representado pelo seu procurador, **Laís Silveira de Deus Lopes**, RG nº 35.630.939-3, CPF/MF nº 370.764.786-97, residente e domiciliado em São Paulo/SP ("Robert"); 3) **Roberto Miranda de Lima**, RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), CPF/MF nº 172.664.936-54, residente e domiciliado em São Paulo/Brasil, ("Roberto"), na capacidade de sócios representando a totalidade do capital social da CF IV Logística Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Arujá/SP na Estrada Adília Barbosa Neves, s/n, Bairro Portão, CEP 07413-000, CNPJ/MF 18.416.374/0001-10 e com seus atos constituintes na JUCESP sob NIRE 35.228.078.392, ("Controladas"), decidem, em comum acordo alterar o contrato social da Sociedade e transformá-la em Sociedade Anônima de capital fechado, de acordo com os seguintes termos e condições:

Os sócios decidem por unanimidade: (i) transformar a Companhia em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.404/2002) e os artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976); (ii) aprovar a alteração da denominação social da Companhia devido à conversão em sociedade anônima de capital fechado; (iii) aprovar a redação do estatuto social da Companhia; (iv) aprovar a redação do estatuto social da Companhia; e (v) eleger os membros da Diretoria da Companhia. Os sócios instalam a AGE para a transformação da Companhia. **Data, hora e local:** 21/12/2018, às 10:00h, na sede social da Companhia. **Presidente e Secretário:** Presidente: Roberto Miranda de Lima; Secretário: Farley Meneses da Silva. **Deliberações:** Os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, aprovam as seguintes matérias, por unanimidade de votos, sem o qualquer ressalva: (i) a transformação da Companhia de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 da Lei nº 10.404/2002 e dos artigos 220 e 221 da Lei nº 6.404/1976; (ii) a alteração da denominação social da Companhia de "CF IV Logística Ltda." para "CF IV Logística S.A."; (iii) a conversão das 42.232.056 quotas, totalmente subscritas e integrais, em 42.232.056 ações ordinárias, com preço de emissão de R\$ 142.857.333,23 cada, em valor nominal, e (b) 70 ações preferenciais classe A, com preço de emissão de R\$ 142.857.333,23 cada, em valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme demonstrado nos Boletins de Subscrição, constantes do Anexo I; (iv) a permissão de presente aumento do capital social da Companhia de até 10% (dez por cento) do capital social da Companhia de ações ordinárias; (v) o estatuto social da Companhia, em substituição ao estatuto social da Companhia, constante do Anexo II do presente instrumento; (vi) a eleição dos seguintes diretores da Companhia: (i) **Roberto Miranda de Lima** RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), residente e domiciliado em São Paulo/SP, Brasil, CPF/MF nº 172.664.936-54, como Diretor Presidente; e (ii) **Fabio Inacio de Carvalho**, RG nº 16.510.607, CPF/MF nº 134.195.348-33, residente e domiciliado em São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica, ambos para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Os membros da diretoria da Companhia, ora eleitos, são empósados e investidos a partir da presente data, mediante a assinatura do termo de posse, no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, devidamente arquivado na sede social da Companhia, onde eles exercerão suas respectivas funções de desimpedimento. Não havendo mais assuntos a serem tratados e discutidos, A Consolidação do Estatuto (Anexo I) pertencente a este instrumento está disponível na sede da Companhia. São Paulo, 21/12/2018. **Presidente e Secretário:** Presidente: Roberto Miranda de Lima - Presidente; Farley Meneses da Silva - Secretário. JUCESP/NIRE 35.228.078.392 e JUCESP nº 172.235.19-4 em 26/03/2019. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**CF III Logística Ltda.**  
CNPJ/MF nº 18.416.153/0001-42 - NIRE 35.228.078.422  
Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social e Assembleia Geral Extraordinária para Transformação em Sociedade Anônima

1) **Cadillac Fairview Brasil Participações Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede em São Paulo/SP, ("Cadillac Fairview"); 2) **Robert Charles Gibbins**, passaporte Britânico nº 517780318, CPF/MF nº 232.008.438-02, residente e domiciliado na 8ª Residência Prevênt, Chemin Des Couleuvres, CH - 1295, na cidade de Tannay, Suíça, neste ato representado pelo seu procurador, **Laís Silveira de Deus Lopes**, RG nº 35.630.939-3, CPF/MF nº 370.764.786-97, residente e domiciliado em São Paulo/SP ("Robert"); 3) **Roberto Miranda de Lima**, RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), CPF/MF nº 172.664.936-54, residente e domiciliado em São Paulo/SP, Brasil, ("Roberto"), na capacidade de sócios representando a totalidade do capital social da CF III Logística Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Arujá/SP na Estrada Adília Barbosa Neves, s/n, Bairro Portão, CEP 07413-000, CNPJ/MF 18.416.153/0001-42 e com seus atos constituintes na JUCESP sob NIRE 35.228.078.422 ("Controladas"), decidem, em comum acordo alterar o contrato social da Sociedade e transformá-la em Sociedade Anônima de capital fechado, de acordo com os seguintes termos e condições:

Os sócios decidem por unanimidade: (i) transformar a Companhia em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.404/2002) e os artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976); (ii) aprovar a alteração da denominação social da Companhia devido à conversão em sociedade anônima de capital fechado; (iii) aprovar a redação do estatuto social da Companhia; (iv) aprovar a redação do estatuto social da Companhia; e (v) eleger os membros da Diretoria da Companhia. Os sócios instalam a AGE para a transformação da Companhia. **Data, hora e local:** 21/12/2018, às 10:00h, na sede social da Companhia. **Presidente e Secretário:** Presidente: Roberto Miranda de Lima; Secretário: Farley Meneses da Silva. **Deliberações:** Os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, aprovam as seguintes matérias, por unanimidade de votos, sem o qualquer ressalva: (i) a transformação da Companhia de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 da Lei nº 10.404/2002 e dos artigos 220 e 221 da Lei nº 6.404/1976; (ii) a alteração da denominação social da Companhia de "CF III Logística Ltda." para "CF III Logística S.A."; (iii) a conversão das 73.301.606 quotas, totalmente subscritas e integrais, em 73.301.606 ações ordinárias, com preço de emissão de R\$ 142.857.333,23 cada, em valor nominal, e (b) 70 ações preferenciais classe A, com preço de emissão de R\$ 142.857.333,23 cada, em valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme demonstrado nos Boletins de Subscrição, constantes do Anexo I; (iv) a permissão de presente aumento do capital social da Companhia de até 10% (dez por cento) do capital social da Companhia de ações ordinárias; (v) o estatuto social da Companhia, em substituição ao estatuto social da Companhia, constante do Anexo II do presente instrumento; (vi) a eleição dos seguintes diretores da Companhia: (i) **Roberto Miranda de Lima**, RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), CPF/MF nº 172.664.936-54, residente e domiciliado em São Paulo/SP, Brasil, como Diretor Presidente; e (ii) **Fabio Inacio de Carvalho**, RG nº 16.510.607, CPF/MF nº 134.195.348-33, residente e domiciliado em São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica, ambos para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Os membros da diretoria da Companhia, ora eleitos, são empósados e investidos a partir da presente data, mediante a assinatura do termo de posse, no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, devidamente arquivado na sede social da Companhia, onde eles exercerão suas respectivas funções de desimpedimento. Não havendo mais assuntos a serem tratados e discutidos, A Consolidação do Estatuto (Anexo I) pertencente a este instrumento está disponível na sede da Companhia. São Paulo, 21/12/2018. **Presidente e Secretário:** Presidente: Roberto Miranda de Lima - Presidente; Farley Meneses da Silva - Secretário. JUCESP/NIRE 35.228.078.422 e JUCESP nº 172.235.19-4 em 26/03/2019. Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**bradesco**

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 3.042, do Conselho de Administração, realizada em 2.1.2019**

Às 2 dias do mês de janeiro de 2019, às 11h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Milton Matsumoto, na ausência do titular, senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, em férias. Assumiu a função de Secretário o senhor Alexandre da Silva Glúher. O senhor Alexandre da Silva Glúher, em nome do Conselho de Administração, deu início aos trabalhos registrando a participação do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme por teleconferência, em razão de estar fora da localidade de reunião, conforme prerrogativa do Parágrafo Segundo do Artigo 8º do Estatuto Social. Durante a reunião, os senhores conselheiros, acatando recomendação do Comitê de Sucessão e Nomeação da Organização Bradesco, de 30.11.2018 e 12.12.2018, deliberaram promover, ao cargo de Diretor Departamental, os Diretores a seguir relacionados: senhores Edilson Dias dos Reis, Fernando Freiberger, Oswaldo Teodoro Fernandes, Fernando Honorato Barbosa, Kleyton Tomaz dos Santos, Manoel Guedes de Araújo Neto e Roberto Medeiros Paiva. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinaram, registrando-se as ausências da senhora Denise Aguiar Alvarez e do senhor José Augusto Páncini. (a) Milton Matsumoto, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, João Aguiar Alvarez, Alexandre da Silva Glúher e Mauricio Machado de Minas. Os procuradores infra-assinados, cujo instrumento particular de mandato, de 17.10.2018, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 561.230/18-6, em 29.11.2018, declaram para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. (a) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - Procuradores. **Certidão:** Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão de registro sob número 198.012/19-6, em 5.4.2019. a) Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**bradesco**

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 3.046, do Conselho de Administração, realizada em 11.1.2019**

Às 11 dias do mês de janeiro de 2019, às 7h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Milton Matsumoto assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os senhores conselheiros tomaram as seguintes deliberações: 1) registraram os pedidos de renúncia formulados pela senhora Denise Paiva, Diretora Executiva Gerente, e pelo senhor Aurélio Guido Paganini, Diretor Executivo Adjunto, em cartas de 10.1.2019, cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade, para todos os fins de direito, consignando, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados; e 2) designaram o senhor André Rodrigues Ceno, Diretor Executivo Vice-Presidente, para exercer, cumulativamente, a função de Diretor de Relações com Investidores. **Quórum das Deliberações:** unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinaram, ficando registradas as ausências do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, da senhora Denise Aguiar Alvarez e do senhor José Augusto Páncini. (a) Luiz Carlos Trabuco Cappi, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glúher e Mauricio Machado de Minas. Os procuradores infra-assinados, cujo instrumento particular de mandato, de 17.10.2018, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 561.230/18-6, em 29.11.2018, declaram para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. (a) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - Procuradores. **Certidão:** Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - JUCESP - Certidão de registro sob número 17.688/19-6, em 7.2.2019. a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**bradesco**

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 3.069, do Conselho de Administração, realizada em 1.2.2019**

No primeiro dia do mês de fevereiro de 2019, às 9h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros do Conselho de Administração sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Milton Matsumoto assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os senhores conselheiros, acatando recomendação do Comitê de Sucessão e Nomeação da Organização Bradesco, de 30.11.2018 e 12.12.2018, deliberaram eleger, ao cargo de Diretor, o senhor Vasco Azevedo, brasileiro, divorciado, bancário, RG 04793764-4/PP-RJ, CPF 655.029.307-34, com domicílio no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, com mandato coincidente com o dos demais membros da Diretoria, até a 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2020, estendendo até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade, sendo que seu nome será levado à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomará posse de seu cargo. O diretor arquivou na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que 146 e 147 condições previstas de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.404/2002) e do Conselho Monetário Nacional. **Quórum da Deliberação:** unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinaram, ficando registrada a ausência do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. (a) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Denise Aguiar Alvarez, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glúher, José Augusto Páncini e Mauricio Machado de Minas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. (a) Ocielino de Lázari Junior e Antonio José da Barabara. **Certidão:** Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão de registro sob número 185.015/19-0, em 5.4.2019. a) Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Fundação Butantan**  
CNPJ 01.189.445/0001-50

**DISPENSA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES**  
**Retificação e Homologação**

Processo: 001/07/06/001.653/2018 - Objeto: Aquisição de diversos materiais para confecção dos drêns das ultracentrífugas utilizadas na purificação do Laboratório Influenza. Com fundamento no artigo 6º, II, "a", c.c. o artigo 9º, I, todos do Regulamento de Compras e Contratações de Fundação Butantan, retifico e homologo o ato de Dispensa de Seleção de Fornecedor, ao fê-lo sobre, com a empresa ATLAS COPCO BRASIL LTDA, pelo valor de R\$ 22.254,37 (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos). São Paulo, 10 de maio de 2019. Reinaldo Noboru Sato, Superintendente.

**Padtec S.A.**  
CNPJ: 03.548.807/0001-76 - NIRE: 353.001.919-27

**Comunicado de Cancelamento de Convocação**  
**Assembleia Geral Extraordinária**

Comunicamos aos Srs. Acionistas da PADTEC S.A., que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nesta data, o cancelamento da AGE com realização prevista originalmente para o dia 15/05/2019, nos termos dos editais de convocação publicados para o dia 15/05/2019, em decorrência de não comparecimento dos acionistas à Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 15/05/2019. A Companhia informa que a nova assembleia será convocada oportunamente, mediante publicação de edital de convocação e divulgação da documentação pertinente, observando-se os prazos da legislação aplicável. Campinas, 13/05/2019. Sebastião Sahn Junior - Presidente do Conselho de Administração. (14.15.16)

**Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP**  
CNPJ/MF nº 67.722.118/0001-40

**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO DA FAEPA**

Processo Faepa nº 336/2019, autorizado a aquisição, em sistema de consignação, pelo período de 12 meses, de 06 unidades de Exereto Arterial Valvado Orgânico, no valor unitário de R\$ 19.990,00 (dezoito mil e novecentos e noventa reais e noventa centavos), no total de R\$ 117.000,00, da empresa Global Comércio e Indústria Médico Hospitalares Ltda, com amparo inicial do Item 23 do Edital de Licitação e Contrato FAEPA de 30/12/2008. Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fe. Desta 358

Ribeirão Preto, 3/5/2019 - Prof. Dr. Ricardo de Carvalho

**Fundação Butantan**  
CNPJ 01.189.445/0001-50

**DISPENSA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES**  
**Retificação e Homologação**

Processo: 001/07/06/001.653/2018 - Objeto: Aquisição de diversos materiais para confecção dos drêns das ultracentrífugas utilizadas na purificação do Laboratório Influenza. Com fundamento no artigo 6º, II, "a", c.c. o artigo 9º, I, todos do Regulamento de Compras e Contratações de Fundação Butantan, retifico e homologo o ato de Dispensa de Seleção de Fornecedor, ao fê-lo sobre, com a empresa ATLAS COPCO BRASIL LTDA, pelo valor de R\$ 22.254,37 (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos). São Paulo, 10 de maio de 2019. Reinaldo Noboru Sato, Superintendente.

**Padtec S.A.**  
CNPJ: 03.548.807/0001-76 - NIRE: 353.001.919-27

**Comunicado de Cancelamento de Convocação**  
**Assembleia Geral Extraordinária**

Comunicamos aos Srs. Acionistas da PADTEC S.A., que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nesta data, o cancelamento da AGE com realização prevista originalmente para o dia 15/05/2019, nos termos dos editais de convocação publicados para o dia 15/05/2019, em decorrência de não comparecimento dos acionistas à Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 15/05/2019. A Companhia informa que a nova assembleia será convocada oportunamente, mediante publicação de edital de convocação e divulgação da documentação pertinente, observando-se os prazos da legislação aplicável. Campinas, 13/05/2019. Sebastião Sahn Junior - Presidente do Conselho de Administração. (14.15.16)

**Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP**  
CNPJ/MF nº 67.722.118/0001-40

**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO DA FAEPA**

Processo Faepa nº 336/2019, autorizado a aquisição, em sistema de consignação, pelo período de 12 meses, de 06 unidades de Exereto Arterial Valvado Orgânico, no valor unitário de R\$ 19.990,00 (dezoito mil e novecentos e noventa reais e noventa centavos), no total de R\$ 117.000,00, da empresa Global Comércio e Indústria Médico Hospitalares Ltda, com amparo inicial do Item 23 do Edital de Licitação e Contrato FAEPA de 30/12/2008. Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fe. Desta 358

Ribeirão Preto, 3/5/2019 - Prof. Dr. Ricardo de Carvalho

**Fundação Butantan**  
CNPJ 01.189.445/0001-50

**DISPENSA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES**  
**Retificação e Homologação**

Processo: 001/07/06/001.653/2018 - Objeto: Aquisição de diversos materiais para confecção dos drêns das ultracentrífugas utilizadas na purificação do Laboratório Influenza. Com fundamento no artigo 6º, II, "a", c.c. o artigo 9º, I, todos do Regulamento de Compras e Contratações de Fundação Butantan, retifico e homologo o ato de Dispensa de Seleção de Fornecedor, ao fê-lo sobre, com a empresa ATLAS COPCO BRASIL LTDA, pelo valor de R\$ 22.254,37 (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos). São Paulo, 10 de maio de 2019. Reinaldo Noboru Sato, Superintendente.

**Padtec S.A.**  
CNPJ: 03.548.807/0001-76 - NIRE: 353.001.919-27

**Comunicado de Cancelamento de Convocação**  
**Assembleia Geral Extraordinária**

Comunicamos aos Srs. Acionistas da PADTEC S.A., que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nesta data, o cancelamento da AGE com realização prevista originalmente para o dia 15/05/2019, nos termos dos editais de convocação publicados para o dia 15/05/2019, em decorrência de não comparecimento dos acionistas à Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 15/05/2019. A Companhia informa que a nova assembleia será convocada oportunamente, mediante publicação de edital de convocação e divulgação da documentação pertinente, observando-se os prazos da legislação aplicável. Campinas, 13/05/2019. Sebastião Sahn Junior - Presidente do Conselho de Administração. (14.15.16)

**Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP**  
CNPJ/MF nº 67.722.118/0001-40

**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO DA FAEPA**

Processo Faepa nº 336/2019, autorizado a aquisição, em sistema de consignação, pelo período de 12 meses, de 06 unidades de Exereto Arterial Valvado Orgânico, no valor unitário de R\$ 19.990,00 (dezoito mil e novecentos e noventa reais e noventa centavos), no total de R\$ 117.000,00, da empresa Global Comércio e Indústria Médico Hospitalares Ltda, com amparo inicial do Item 23 do Edital de Licitação e Contrato FAEPA de 30/12/2008. Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fe. Desta 358

Ribeirão Preto, 3/5/2019 - Prof. Dr. Ricardo de Carvalho

**Fundação Butantan**  
CNPJ 01.189.445/0001-50

**DISPENSA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES**  
**Retificação e Homologação**

Processo: 001/07/06/001.653/2018 - Objeto: Aquisição de diversos materiais para confecção dos drêns das ultracentrífugas utilizadas na purificação do Laboratório Influenza. Com fundamento no artigo 6º, II, "a", c.c. o artigo 9º, I, todos do Regulamento de Compras e Contratações de Fundação Butantan, retifico e homologo o ato de Dispensa de Seleção de Fornecedor, ao fê-lo sobre, com a empresa ATLAS COPCO BRASIL LTDA, pelo valor de R\$ 22.254,37 (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos). São Paulo, 10 de maio de 2019. Reinaldo Noboru Sato, Superintendente.

**Padtec S.A.**  
CNPJ: 03.548.807/0001-76 - NIRE: 353.001.919-27

**Comunicado de Cancelamento de Convocação**  
**Assembleia Geral Extraordinária**

Comunicamos aos Srs. Acionistas da PADTEC S.A., que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nesta data, o cancelamento da AGE com realização prevista originalmente para o dia 15/05/2019, nos termos dos editais de convocação publicados para o dia 15/05/2019, em decorrência de não comparecimento dos acionistas à Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 15/05/2019. A Companhia informa que a nova assembleia será convocada oportunamente, mediante publicação de edital de convocação e divulgação da documentação pertinente, observando-se os prazos da legislação aplicável. Campinas, 13/05/2019. Sebastião Sahn Junior - Presidente do Conselho de Administração. (14.15.16)

**Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP**  
CNPJ/MF nº 67.722.118/0001-40

**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO DA FAEPA**

Processo Faepa nº 336/2019, autorizado a aquisição, em sistema de consignação, pelo período de 12 meses, de 06 unidades de Exereto Arterial Valvado Orgânico, no valor unitário de R\$ 19.990,00 (dezoito mil e novecentos e noventa reais e noventa centavos), no total de R\$ 117.000,00, da empresa Global Comércio e Indústria Médico Hospitalares Ltda, com amparo inicial do Item 23 do Edital de Licitação e Contrato FAEPA de 30/12/2008. Esta fotocópia é reprodução fiel do documento original, dou fe. Desta 358

Ribeirão Preto, 3/5/2019 - Prof. Dr. Ricardo de Carvalho







**CF IV Logística Ltda.**  
CNPJ nº 18.416.374/0001-10 - NIRE 35.328.078.392  
Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social e Assembleia Geral Extraordinária para Transformação em Sociedade Anônima

1) **Cadilac Fairview Brasil Participações Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede em São Paulo/SP, (Capital Fairview); 2) **Robert Charles Gibbins**, passaporte britânico nº 517780318, CPF/MF nº 232.008.438-02, residente e domiciliado na 8ª Residência Prevent, Chemin Des Couleuvres, CH - 1295, na cidade de Tannay, Suíça, neste ato representado pelo seu procurador, **Lais Silveira de Deus Lopes**, RG nº 35.630.939-3, CPF/MF nº 370.764.786-97, residente e domiciliado em São Paulo/SP, (Robert); 3) **Roberto Miranda de Lima**, em RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), CPF/MF nº 172.664.938-54, residente e domiciliado em São Paulo/SP, (Roberto). Os sócios instalam em transformação a totalidade do capital social da CF IV Logística Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Anjã/SP na Estrada Adília Barbosa Neves, s/nº, Bairro Portão, CEP 07413-000, CNPJ/MF 18.416.374/0001-10 e com seus atos constituintes na JUCESP sob NIRE 35.328.078.392 ("Companhia"), decidem, em comum acordo alterar o contrato social da Sociedade e transformá-la em Sociedade Anônima da Capital Fechada, de acordo com o seguinte: (I) transformar a Companhia em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.404/2002); (II) aprovar a alteração da denominação social da Companhia devido à conversão em sociedade anônima de capital fechado; (III) aprovar a conversão de suas quotas em ações; (IV) aprovar a redação do estatuto social da Companhia; (V) eleger os membros da Diretoria da Companhia. Os sócios instalam em AGE para a transformação da Companhia. **Data, hora e local:** 21/12/2018, às 10:30am, na sede social da Companhia. **Presidente e Secretário:** Presidente: Roberto Miranda de Lima; Secretário: Farley Menezes da Silva. **Deliberações:** Os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, aprovam as seguintes matérias, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas: (i) a transformação da Companhia de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 da Lei nº 10.404/2002 e dos artigos 220 e 221 da Lei nº 6.404/1976; (ii) a alteração da denominação social da Companhia de "CF IV Logística Ltda." para "CF IV Logística S.A."; (iii) a conversão das 42.232.056 quotas, totalmente subscritas e integralizadas, representando a totalidade do capital social da Companhia, em 555.111 ações ordinárias, com preço de emissão de R\$ 142.857.205/143404, sem valor nominal, e (b) 70 ações preferenciais classe A, com preço de emissão de R\$ 142.857.205/143404, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo e demonstrado nos Boletins de Subscrição, constantes do Anexo I; (iv) a partir da presente data, todo e qualquer aumento no capital social da Companhia deverá ser realizado somente mediante a emissão de ações ordinárias; (v) o estatuto social da Companhia passa a ter a redação constante do Anexo II do presente instrumento; (vi) a eleição dos diretores da Companhia: (i) **Roberto Miranda de Lima**, RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), residente e domiciliado em São Paulo/SP, Brasil, CPF/MF nº 172.664.938-54, como Diretor Presidente; e (ii) **Fabio Inacio de Carvalho**, RG nº 16.510.607, CPF/MF nº 134.195.348-33, residente e domiciliado em São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica, ambos para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Os membros da diretoria da Companhia, após o mandato, são empossados e investidos a partir da presente data, mediante a assinatura do termo de posse, no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, devidamente arquivado na sede social da Companhia, onde eles deitam suas respectivas declarações de desimpedimento. Não havendo mais assuntos a serem tratados e discutidos, A Consolidação do Estatuto (Anexo I) pertencente a este instrumento está disponível na sede da Companhia. São Paulo, 21/12/2018. **Presidente e Secretário:** Roberto Miranda de Lima - Presidente; Farley Menezes da Silva - Secretário. JUCESP/NIRE SA 3530053037-9 e JUCESP nº 172.235/19-4 em 28/03/2019, Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**CF III Logística Ltda.**  
CNPJ nº 18.416.153/0001-42 - NIRE 35.328.078.422  
Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social e Assembleia Geral Extraordinária para Transformação em Sociedade Anônima

1) **Cadilac Fairview Brasil Participações Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede em São Paulo/SP, (Capital Fairview); 2) **Robert Charles Gibbins**, passaporte britânico nº 517780318, CPF/MF nº 232.008.438-02, residente e domiciliado na 8ª Residência Prevent, Chemin Des Couleuvres, CH - 1295, na cidade de Tannay, Suíça, neste ato representado pelo seu procurador, **Lais Silveira de Deus Lopes**, RG nº 35.630.939-3, CPF/MF nº 370.764.786-97, residente e domiciliado em São Paulo/SP, (Robert); 3) **Roberto Miranda de Lima**, em RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), CPF/MF nº 172.664.938-54, residente e domiciliado em São Paulo/SP, (Roberto). Os sócios instalam em transformação a totalidade do capital social da CF III Logística Ltda., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na cidade de Jundiaí/SP, na Avenida Osíris Chaves Rodrigues, s/nº, Lote GLA10, Bairro Parque Industrial RM, CEP 13213-067, inscrito no CNPJ/MF 18.416.153/0001-42 e com seus atos constituintes na JUCESP sob NIRE 35.328.078.422 ("Companhia"), decidem, em comum acordo alterar o contrato social da Sociedade e transformá-la em Sociedade Anônima da Capital Fechada, de acordo com o seguinte: (I) transformar a Companhia em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.404/2002) e os artigos 220 e 221 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976); (II) aprovar a alteração da denominação social da Companhia devido à conversão em sociedade anônima de capital fechado; (III) aprovar a conversão de suas quotas em ações; (IV) aprovar a redação do estatuto social da Companhia; (V) eleger os membros da Diretoria da Companhia. Os sócios instalam em AGE para a transformação da Companhia. **Data, hora e local:** 21/12/2018, às 10:00h, na sede social da Companhia. **Presidente e Secretário:** Presidente: Roberto Miranda de Lima; Secretário: Farley Menezes da Silva. **Deliberações:** Os acionistas, representando a totalidade do capital social da Companhia, aprovam as seguintes matérias, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas: (i) a transformação da Companhia de sociedade empresária de responsabilidade limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113, 1.114 e 1.115 da Lei nº 10.404/2002 e dos artigos 220 e 221 da Lei nº 6.404/1976; (ii) a alteração da denominação social da Companhia de "CF III Logística Ltda." para "CF III Logística S.A."; (iii) a conversão das 79.301.606 quotas, totalmente subscritas e integralizadas, representando a totalidade do capital social da Companhia, em 555.111 ações ordinárias, com preço de emissão de R\$ 142.857.205/143404, sem valor nominal, e (b) 70 ações preferenciais classe A, com preço de emissão de R\$ 142.857.205/143404, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme abaixo e demonstrado nos Boletins de Subscrição, constantes do Anexo I; (iv) a partir da presente data, todo e qualquer aumento no capital social da Companhia deverá ser realizado somente mediante a emissão de ações ordinárias; (v) o estatuto social da Companhia passa a ter a redação constante do Anexo II do presente instrumento; (vi) a eleição dos diretores da Companhia: (i) **Roberto Miranda de Lima**, RG nº 17.332.959-7 (SSP/SP), CPF/MF nº 172.664.938-54, residente e domiciliado em São Paulo/SP, Brasil, como Diretor Presidente; e (ii) **Fabio Inacio de Carvalho**, RG nº 16.510.607, CPF/MF nº 134.195.348-33, residente e domiciliado em São Paulo/SP, como Diretor sem designação específica, ambos para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Os membros da diretoria da Companhia, após o mandato, são empossados e investidos a partir da presente data, mediante a assinatura do termo de posse, no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, devidamente arquivado na sede social da Companhia, onde eles deitam suas respectivas declarações de desimpedimento. Não havendo mais assuntos a serem tratados e discutidos, A Consolidação do Estatuto (Anexo I) pertencente a este instrumento está disponível na sede da Companhia. São Paulo, 21/12/2018. **Presidente e Secretário:** Roberto Miranda de Lima - Presidente; Farley Menezes da Silva - Secretário. JUCESP/NIRE SA 3530053037-3 e JUCESP nº 43.328/19-5 em 15/01/2019, Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**bradesco**

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 3.042, do Conselho de Administração, realizada em 21.2.2019**

Aos 2 dias do mês de janeiro de 2019, às 11h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Milton Matsumoto, na ausência do titular, senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, em férias. Assumiu a função de Secretário o senhor Alexandre da Silva Glúher. O senhor Presidente deu início aos trabalhos registrando a participação do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme por teleconferência, em razão de estar fora da localidade da reunião, conforme prerrogativa do Parágrafo Segundo do Artigo 8º do Estatuto Social. Durante a reunião, os senhores conselheiros, acatando recomendação do Comitê de Sucesso e Nomeação da Organização Bradesco, de 30.11.2018 e 12.12.2018, deliberaram promover, ao cargo de Diretor Departamental, os Diretores a seguir relacionados: senhores Edilson Dias dos Reis, Fernando Freiberg, Oswaldo Tadeu Fernandes, Fernando Honorato Barbosa, Clayton Tomaz dos Santos, Manoel Guedes de Araújo Neto e Roberto Medeiros Paula. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinam, registrando-se as ausências da senhora Denise Aguiar Alvarez e do senhor José Augusto Panchini. (a) Milton Matsumoto, Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, João Aguiar Alvarez, Alexandre da Silva Glúher e Maurício Machado de Minas. Os procuradores infra-assinados, cujo instrumento particular de mandato, de 17.10.2018, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 551.230/18-6, em 29.11.2018, declaram para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. (a) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - Procuradores. **Certidão:** Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão o registro sob número 196.012/19-6, em 5.4.2019. (a) Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**bradesco**

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 3.046, do Conselho de Administração, realizada em 11.2.2019**

Aos 11 dias do mês de janeiro de 2019, às 7h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Milton Matsumoto assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os senhores conselheiros tomaram as seguintes deliberações: 1) registrar os pedidos de renúncia formulados pela senhora Denise Pauli Pavani, Diretora Executiva Gerente, e pelo senhor Aurélio Guido Pagan, Diretor Executivo Adjunto, em cartas de 10.1.2019, cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficaram arquivadas na sede da Sociedade, para todos os fins de direito, consignando, nesta oportunidade, agradecimentos pelos serviços prestados; e 2) designar o senhor André Rodrigues Cano, Diretor Executivo Vice-Presidente, para exercer, exclusivamente, a função de Diretor de Relações com Investidores. **Quórum das Deliberações:** unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinam, ficando registradas as ausências do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, da senhora Denise Aguiar Alvarez e do senhor José Augusto Panchini. (a) Luiz Carlos Trabuco Cappi, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glúher e Maurício Machado de Minas. Os procuradores infra-assinados, cujo instrumento particular de mandato, de 17.10.2018, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 551.230/18-6, em 29.11.2018, declaram para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. (a) Dagilson Ribeiro Carnevali e Marcelo Fonseca - Procuradores. **Certidão:** Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - JUCESP - Certidão o registro sob número 71.666/19-6, em 7.2.2019. (a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

**bradesco**

**Banco Bradesco S.A.**  
CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

**Ata da Reunião Extraordinária nº 3.069, do Conselho de Administração, realizada em 12.2.2019**

No primeiro dia do mês de fevereiro de 2019, às 9h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros do Conselho de Administração sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Milton Matsumoto assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os senhores conselheiros, acatando recomendação do Comitê de Sucesso e Nomeação da Organização Bradesco, de 11.1.2019, deliberaram eleger o senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, em substituição ao senhor Aurélio Guido Pagan, Diretor Executivo Adjunto, em razão de estar fora da localidade da reunião, conforme prerrogativa do Parágrafo Segundo do Artigo 8º do Estatuto Social. Durante a reunião, os senhores conselheiros, acatando recomendação do Comitê de Sucesso e Nomeação da Organização Bradesco, de 30.11.2018 e 12.12.2018, deliberaram promover, ao cargo de Diretor Departamental, os Diretores a seguir relacionados: senhores Edilson Dias dos Reis, Fernando Freiberg, Oswaldo Tadeu Fernandes, Fernando Honorato Barbosa, Clayton Tomaz dos Santos, Manoel Guedes de Araújo Neto e Roberto Medeiros Paula. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinam, ficando registradas a ausência do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, a) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Denise Aguiar Alvarez, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glúher, José Augusto Panchini e Maurício Machado de Minas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. (a) Cláudio de Lacerda Junior e Antonio José da Barbara. **Certidão:** Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certidão o registro sob número 186.015/19-0, em 5.4.2019. (a) Gisele Simiema Ceschin - Secretária Geral.

**Fundação Butantan**  
CNPJ 01.189.445/0001-56

**DESPENSA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES**  
**Refração e Homologação**

Processo: 001/07/08/001.853/2018 - Objeto: Aquisição de diversos materiais para confecção dos dentes das ultracêntricas utilizadas na purificação do Laboratório Influenza. Com fundamento no artigo 6º, II, "a" e §1º, c.c. do artigo 9º, I, todos do Regulamento de Compras e Contratações da Fundação Butantan, refração e homologação o Ato de Dispensa de Seleção de Fornecedor, ao feito supra, com a empresa ATLAS COPCO BRASIL LTDA, pelo valor de R\$ 22.254,37 (vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos) - São Paulo, 10 de maio de 2019. Reinado Noboru Sato, Superintendente.

**Padtec S.A.**  
CNPJ: 03.549.807/0001-70 - NIRE 353.001.819-27

**Comunicado de Cancelamento de Convocação**  
**Assembleia Geral Extraordinária**

Comunicamos aos Srs. Acionistas da PADTEC S.A., que o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nesta data, o cancelamento da AGE com realização prevista originalmente para o dia 15/05/2019, nos termos dos editais de convocação publicados no "DOESP" e no "Valor Econômico" em 24/04/2019, 25/04/2019 e 26/04/2019. A Companhia informa que nova assembleia será convocada oportunamente, mediante publicação de edital de convocação e divulgação da documentação pertinente, observando-se os prazos da legislação aplicável. Campinas, 13/05/2019. Sebastião Sahn Junior - Presidente do Conselho de Administração. (14.15.16)

**Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP**  
CNPJ/MF nº 57.722.118/0001-40

**DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO DA FAEP**

Processo Feapa nº 336/2019, autorizo a aquisição, em sistema de consignação, pelo período de 12 meses, de 06 unidades de Equipamento Arterial Valvado Orgânico, no valor unitário de R\$ 165.000,00, pelo valor total de R\$ 117.000,00, da empresa Global Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda, com amparo inicial do Artigo 23 do Regulamento de Licitação e Contrato FAEP-A, de 30/12/2008. Ribeirão Preto, 3/5/2019 - Prof. Dr. Ricardo de Carvalho Cavalli

**Impressão Oficial**  
documento assinado digitalmente

**Impressão Oficial**  
documento assinado digitalmente

**Impressão Oficial**  
documento assinado digitalmente

**Impressão Oficial**  
documento assinado digitalmente









### Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

#### Ata da Reunião Extraordinária nº 3.039, do Conselho de Administração, realizada em 21.12.2018

Às 21 dias do mês de dezembro de 2018, às 9h15, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, 4º andar do Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Alexandre da Silva Góes assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os conselheiros deliberaram aprovar proposta da Diretoria da Sociedade, registrada na Reunião Extraordinária nº 2.136, de 7.12.2018, da qual o Órgão, para pagamento de juros sobre o capital próprio complementares aos acionistas da sociedade, no valor total de R\$4.665.000.000, sendo R\$0,66320730 por ação ordinária e R\$0,730202804 por ação preferencial, beneficiando os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Sociedade nesta data, 21.12.2018 (data da declaração), passando as ações a ser negociadas "ex-dividend" aos juros complementares a partir de 26.12.2018. O pagamento ocorrerá em 8.3.2019 pelo valor líquido de R\$0,66427621 por ação ordinária e R\$0,820672363 por ação preferencial, já deduzido o imposto de renda na fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensadas da referida tributação, que receberão pelo valor declarado. Os juros complementares ora aprovados representam, aproximadamente, 39 vezes o valor dos juros mensalmente pagos, líquidos de imposto de renda na fonte, e serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no estatuto social. Os juros relativos às ações custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão serão repassados aos seus titulares pelos respectivos agentes de custódia. A seguir, demonstrativo dos valores pagos e a pagar relativos a 2018:

Valores Pagos	R\$
Juros sobre o capital próprio mensais relativos aos meses de janeiro a novembro	1.300.374.477,83
Juros sobre o capital próprio intermediários declarados em 29.6.2018 e pagos em 16.7.2018	1.212.000.000,00
Subtotal - Valores Pagos	2.512.374.477,83
Valores a Pagar	
Juros sobre o capital próprio mensais relativos ao mês de dezembro, a serem pagos em 2.1.2019	121.221.294,91
Juros sobre o capital próprio complementares a serem pagos em 8.3.2019	4.665.000.000,00
Subtotal Valores a Pagar	4.786.221.294,91
Total	7.298.595.772,74

(1) considero bonificação aprovada na AGE de 12.3.2018.

#### Por ação em R\$

Especie	Juros sobre o capital próprio mensais acumulados no ano	Juros sobre o capital próprio intermediários do 1º semestre	Juros complementares	Total
ON	0,209697912	0,172465322	0,66320730	1,043283964
PN	0,227697702	0,189711854	0,730202804	1,147612366

A Sociedade poderá, com base no resultado a ser apurado no encerramento do exercício social de 2018, distribuir novos juros e dividendos aos acionistas. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinam, registrando-se as ausências dos senhores Carlos Alberto Rodrigues Guilherme e Milton Matsumoto, aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Denise Aguiar Alvarez, João Aguiar Alvarez, Alexandre da Silva Góes, José Augusto Panceli e Maurício Machado de Minas. Os procuradores infra-assinados, cujo instrumento particular de mandato, de 17.10.2018, foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 551.230/18-6, em 29.11.2018, declaram para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. aa) Ismael Ferraz e Marcelo Fonseca - Procuradores. Certidão: Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - JUCESP - Certifico o registro sob número 55.558/19-3, em 28.1.2019. a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.



### JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 08.294.224/0001-65 - NIRE 35.300.333.578

Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29/3/19 Data, Hora e Local: Em 29/3/19, às 11h, realizou-se na sede social da JHSF Participações S.A. ("Companhia") localizada na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte), São Paulo/SP, com a presença de membros por meio de teleconferência, na forma do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 20, §4º, do Estatuto Social da Companhia, a convocação para a reunião de todos os membros do Conselho de Administração, quais sejam, os Srs. José Aurélio Neto, Eduardo Silveira Camara, Arnaldo dos Santos, Luiz Gonzaga de Melo Belluzo, Richard Barzinski, Osvaldo Roberto Nieto e Thiago Alonso de Oliveira. Mesa: Presidente: Sr. José Aurélio Neto; Secretário: Sr. Thiago Alonso de Oliveira. Ordem do dia: Examinar, discutir e deliberar sobre: I) Eleição de novo membro para ocupar o cargo de Diretor da Companhia; II) Consolidação de composição atualizada da Diretoria da Companhia; III) Nova Política de Alçadas de Pagamentos da Companhia; e IV) Definição da data para o pagamento dos dividendos pela Companhia. Deliberações: Inicialmente, registra-se que foi autorizada a lavratura da ata a ser referida a presente reunião na forma de sumário, bem como autorizada sua publicação com omissões das assinaturas de todos os presentes. E, no exame e discutir os assuntos constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram e deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, os itens abaixo: I) Os membros do Conselho de Administração elegeram novo membro para ocupar a Diretoria da Companhia, qual seja, o Sr. Karine Monteiro de Oliveira, brasileira, divorciada, administradora de empresas, RG 27.711.387-8 SSP/SP e CPF/MF nº 256.576.868-02, domiciliada na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Torre 3, 27º andar (parte), Cidade Jardim, São Paulo/SP, na qualidade de Diretora sem designação específica, com prazo de mandato coincidente ao dos demais membros da Diretoria da Companhia, ou seja, no término em 31/12/21, permitida sua reeleição conforme disposto no caput do Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, sendo que, em conformidade com o §1º do referido Artigo 23, a Diretora ora eleita permanecerá em seu cargo até a posse de novo membro, sendo certo que eventuais atos praticados por ela nesse período serão considerados válidos e em conformidade com as regras societárias vigentes. A Diretora ora eleita toma posse em seu cargo mediante assinatura do respectivo Termo de Posse e Declaração de Desempimento (Anexo I), na forma da legislação aplicável, observada e prestação das declarações previstas em lei, e aceita o cargo para o qual foi eleita, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. II) Em vista da deliberação supra, os membros do Conselho de Administração deliberaram consolidar a composição da Diretoria da Companhia, que passa a ser composta da seguinte forma: a) Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Sr. Thiago Alonso de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, RG 20.040.077-0 SSP/SP e CPF/MF nº 165.902.078-60; b) Diretor Vice-Presidente: Sr. Wilmar Silva Rodrigues, brasileiro, casado, economista, RG 5.346.771-8 IPR/RJ e CPF/MF nº 888.042.757-15; c) Diretor Jurídico: Sr. João Alves Meira Neto, brasileiro, casado, advogado, RG 7.538.768 SSP/SP, CPF/MF nº 094.643.938-90 e na OAB/SP nº 102.397; e d) Diretora sem designação específica: Sra. Karine Monteiro de Oliveira, brasileira, divorciada, administradora de empresas, RG 27.711.387-8 SSP/SP e CPF/MF nº 256.576.868-02, todos domiciliados na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Torre 3, 27º andar (parte), Cidade Jardim, São Paulo/SP, todos com mandato até o dia 31/12/21. III) A Diretoria sem designação específica, a administradora de empresas, RG 27.711.387-8 SSP/SP e CPF/MF nº 256.576.868-02, todos domiciliados na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Torre 3, 27º andar (parte), Cidade Jardim, São Paulo/SP, todos com mandato até o dia 31/12/21. IV) Por fim, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada na presente data, às 11h, os membros do Conselho de Administração da Companhia definiram que o pagamento dos dividendos aprovados na referida Assembleia será feito dentro do menor prazo possível, e depender apenas da devida operacionalização junto ao agente escriturador das ações da Companhia, ficando os Diretores e procuradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários visando a operacionalização dos procedimentos necessários para levar a efeito a presente deliberação. Encerramento: Nada mais havendo a tratar e existindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada correta e assinada por todos os Conselheiros presentes. Assinaturas: Mesa: Presidente: José Aurélio Neto; Secretário: Thiago Alonso de Oliveira. Membros do Conselho de Administração: José Aurélio Neto, Eduardo Silveira Camara, Arnaldo dos Santos, Luiz Gonzaga de Melo Belluzo, Richard Barzinski, Osvaldo Roberto Nieto e Thiago Alonso de Oliveira. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 29/3/19. Thiago Alonso de Oliveira - Secretário. JUCESP nº 245.900/19-6 em 8/5/19. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



### Bradespar S.A.

CNPJ nº 03.847.481/0001-92 - NIRE 35.300.178.360

#### Ata de Reunião Extraordinária nº 344, do Conselho de Administração, realizada em 28.12.2018

Aos 28 dias do mês de dezembro de 2018, às 10h, no Núcleo Cidade de Deus, 4º andar do Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor João Aguiar Alvarez, tendo o senhor Lázaro de Melo Brandão assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os senhores Conselheiros tomaram as seguintes deliberações: I) aprovação proposta registrada na Ata de Reunião Extraordinária nº 33, da Diretoria, de 21.12.2018, para pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$217.000.000,00, sendo R\$0,585504889 por ação ordinária e R\$0,644055377 por ação preferencial. Na sequência dos trabalhos, esclareceu o senhor Presidente que os mencionados juros 1) beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Companhia nesta data (data de declaração), passando as ações a ser negociadas "ex-dividendos" sobre o capital próprio a partir de 2.1.2019; 2) serão computados, líquidos de imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previstos no Estatuto Social; 3) serão pagos em 31.01.2019 pelo valor líquido de R\$0,4976735 por ação ordinária e R\$0,547447070 por ação preferencial, já deduzido o imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensadas da referida tributação, observando-se as seguintes condições: a) aqueles acionistas com ações custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mediante pagamento à referida B3, que os repassará aos acionistas titulares por intermédio dos agentes de custódia; b) aos acionistas que mantêm os dados bancários atualizados, mediante crédito a ser efetuado nas contas correntes em instituição financeira por eles indicadas. Aqueles que não possuírem seus dados atualizados ou não mantiverem conta corrente em instituição financeira deverão apresentar-se na agência Bradesco de sua preferência munidos de documento de identificação e do "Aviso para Recebimento de Proventos de Ações Escriturais" que será enviado, via correio, aqueles com endereço atualizado nos registros da Sociedade. II) ...

Quórum: unanimidade de votos. Não havendo mais nada a tratar, a palavra foi colocada ao dispor de quem dela quisesse fazer uso, sem que ninguém se manifestasse. Desse modo, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos agradecendo a presença de todos e determinando a lavratura desta Ata que foi submetida, previamente, por e-mail, ao senhor André Leal Faoro, após a qual foi assinada por todos os conselheiros, ficando registradas as ausências de senhores Desse Aguiar Alvarez e do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. aa) Presidente: Lázaro de Melo Brandão; Secretário: Antonio José da Barbara; Membros: Lázaro de Melo Brandão, Fernando Jorge Busto Gomes, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto e André Leal Faoro. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel do trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Bradespar S.A. aa) Ismael Ferraz e Marcelo Fonseca - Procuradores. Certidão: Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - JUCESP - Certifico o registro sob número 45.554/19-2, em 17.1.2019. a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.



### Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 - NIRE 35.300.027.795

#### Ata de Reunião Extraordinária nº 3.060, do Conselho de Administração, realizada em 28.1.2019

Aos 28 dias do mês de janeiro de 2019, às 14h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, tendo o senhor Milton Matsumoto assumido a função de Secretário. Durante a reunião, os senhores conselheiros, atendendo recomendação do Comitê de Sucessão e Nomeação da Organização Bradesco, de 9.1.2019, deliberaram eleger ao cargo de Diretor Departamental o senhor Alessandro Délio Farukh, brasileiro, casado, bandirista, RG 27.280.901-2 SSP/SP, CPF 266.690.736/85, com domicílio no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, com mandato coincidente com o dos demais membros da Diretoria, até a 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, estendendo até a posse dos diretores que serão eleitos naquela oportunidade, sendo que seu nome será levado à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomará posse de seu cargo. O Diretor arquivou na sede da Sociedade declaração, sob as penas da lei, de que atende às condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional. Em atendimento ao disposto no Parágrafo 4º do Artigo 1º da Lei nº 4.728/65, a Sociedade declara que o administrador, ora eleito, se desligará das instituições Agora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, empresas da Organização Bradesco onde exerce cargo de administração, imediatamente após tomar posse como Diretor Departamental do Bradesco. Quórum da Deliberação: unanimidade de votos. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os conselheiros presentes assinam, ficando registrada a ausência do senhor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Denise Aguiar Alvarez, João Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Góes, José Augusto Panceli e Maurício Machado de Minas. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Bradesco S.A. aa) Ismael Ferraz e Marcelo Fonseca - Procuradores. Certidão: Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 202.961/19-9, em 11.1.2019. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



### Best Center Grande São Paulo

#### Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 09.486.320/0001-78 - NIRE 35.228.043.262

#### Ata da Reunião Ordinária de Quórum

1. Local, Data e Hora: Na sede social, em SP/SP, no dia 28/02/2019, às 17h. 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada, face à presença de sócios-quotistas representando a totalidade do capital social. 3. Composição da Mesa: Presidente: Fernanda Campista Fontes; Secretária: João Fernando Lantieri Sammarone. 4. Deliberações Tomadas pela Unanimidade dos Sócios Presentes à Reunião: 4.1. Os sócios aprovaram a redução do capital social em R\$ 4.000.000,00, com o cancelamento de 4.000.000 de quotas de titularidade dos sócios Best Center Empreendimentos e Participações S/A. Em contrapartida à redução do capital social aqui aprovada, a sócia Best Center Empreendimentos e Participações S/A receberá da Sociedade nesta data, em moeda corrente nacional, o valor correspondente às quotas canceladas. 4.2. Os sócios autorizaram a administração da Sociedade a proceder, caso seja necessário, à restituição do valor das quotas ora canceladas antes do término do prazo legal de 90 dias previsto no Código Civil, ficando, neste caso, a sócia Best Center Empreendimentos e Participações S/A responsável perante a Sociedade pelo valor recebido a título de adiantamento de restituição de capital social, até o fim do prazo legal concedido para manifestação de credores e quitatários. O adiantamento ora autorizado não se caracterizará como operação de mútuo e a devolução, se necessária, será realizada pelo valor adiantado pela Sociedade, sem qualquer tipo de correção ou incidência de juros. 4.3. Os sócios consignam que Fernanda Campista Fontes e João Fernando Lantieri Sammarone renunciaram expressamente a qualquer direito que poderiam ter em decorrência da redução de capital aprovada no item 4.1, acima. 4.4. Os sócios consignam que depois da redução aprovada no item 4.1, acima, a sócia Best Center da Sociedade passará a ser de R\$ 52.390.438,00 dividido em 52.390.438 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, ficando assim distribuído entre os sócios: Sócios-Quotistas - nº de Quotas - Valor: Best Center Empreendimentos e Participações S.A. - 52.390.438 - R\$ 52.390.438,00; Fernanda Campista Fontes - 1 - R\$ 1,00; João Fernando Lantieri Sammarone - 1 - R\$ 1,00. 4.5. Os sócios autorizaram os administradores a adotar todas as providências cabíveis e necessárias para a eleição da redução de capital ora aprovada, incluindo a publicação da Ata a ser referida esta Ata. 4.6. Os sócios, por sua vez, dispõem do pagamento à sócia Best Center do montante correspondente às quotas canceladas em decorrência da redução. 5. Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais. (aa) Fernanda Campista Fontes, João Fernando Lantieri Sammarone e Best Center Empreendimentos e Participações S.A., neste ato representada pelos seus diretores os Srs. Felipe de Faria Góes e Fabio Rikawa.

### Maxmapontopronto Administração e Participações Imobiliárias Ltda.

CNPJ nº 19.239.788/0001-11 NIRE 35.228.043.262

#### Ata de Reunião Ordinária de Quórum

Para os fins da Cláusula 10 do Contrato Social da Maxmapontopronto Administração e Participações Imobiliárias Ltda. ("Sociedade"), comunicamos aos senhores sócios da Sociedade que o Sr. André Valinas Carpintero pretende ceder e transferir a totalidade das quotas de emissão da Sociedade de sua titularidade, de acordo com os termos e condições a seguir descritos. Pelo presente, ficam os senhores sócios informados da cessão e transferência de quotas da Sociedade pretendida pelo Sr. André Valinas Carpintero e ora comunicada a V.Sas., que deverão, no prazo de 20 dias, contados a partir de 14.05.2019 (inclusive), ou seja, até 03.06.2019 (inclusive), manifestar-se acerca da intenção de exercer ou não o direito de preferência na aquisição das quotas ofertadas de que trata a Cláusula 10 do Contrato Social da Sociedade, na proporção das respectivas participações de V.Sas. no capital social da Sociedade, pelo mesmo preço e nas mesmas condições abaixo descritas. As quotas ofertadas que porventura não tenham sido adquiridas pelas atuais sócias da Sociedade no prazo de exercício do direito de preferência acima assinalado poderão ser livremente cedidas e transferidas pelo Sr. André Valinas Carpintero a qualquer terceiro(s)essionário(s), observados os termos e condições abaixo. Termos e Condições de Cessão e Transferência das Quotas: 1. Valor da Cessão e Transferência: As quotas ofertadas serão cedidas e transferidas pelo seu respectivo valor nominal, totalizando R\$ 43.500,00. 2. Quantidade de Quotas Ofertadas: A totalidade das quotas de emissão da Sociedade de titularidade do Sr. André Valinas Carpintero, perfazendo 43.500 quotas, totalmente integridades, representativas de 1% do capital social total da Sociedade. 3. Forma de Pagamento: O pagamento do preço de aquisição das quotas ofertadas será feito à vista, mediante a permuta e/ou doação em pagamento de quotas de emissão da AVC Participações Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo/SP, Rua Aloisio Magalhães, nº 22, Lote 1, Sala 3, Via Anhanguera, km 27, Chácara Maria Trindade, CEP 05275-050, inscrita no CNPJ nº 57.858.201/0001-41. 4. Procedimento para o Exercício do Direito de Preferência: Os sócios da Sociedade deverão exercer o direito de preferência acima especificado por meio de notificação por escrito enviada à administração da Sociedade, no endereço de sua sede social, localizada na Cidade de São Paulo/SP, Rua Aloisio Magalhães, nº 22, Lote 1, Sala 3, Via Anhanguera, km 27, Chácara Maria Trindade, CEP 05275-050, observados os termos e condições acima. São Paulo, 14.05.2019. Fabio Roberto Klis Crespo - Administrador.

documento assinado digitalmente

113472

AU0676AF0912336

2019

113472

AU0676AF0912336







## CF III Logística Ltda.

Colégio Marista do Brasil

113472

AUTENTICAÇÃO

AU0676AF0912338

BNC







[illegible][illegible]

Declaramos que a presente é cópia fiel do estatuto social deste Banco, contendo as deliberações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11.3.2019, às 16h. Banco Bradesco S.A. aa) André Rodrigues Cano e Antonio José da Barbara.



**Usina Santa Adélia S/A**  
CNPJ: 50.376.938/0001-89 - NIRE: 35.300.024.508

**Comunicado**

Em cumprimento do artigo 133 da Lei 6.404/76, a Usina Santa Adélia S/A comunica que estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, Jaboticabal/SP, Fazenda Santa Adélia, Rodovia SP 326, Km 332, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31/03/2019.

Sig Paschoal Rossetti, Presidente do Conselho de Administração.

**IMED - Instituto de Medicina,  
Estudos e Desenvolvimento**  
CNPJ nº 19.324.171/0001-02  
**Demonstrações Financeiras - Errata**  
Na publicação das Demonstrações Financeiras 2018 realizada no  
DOESP na data 26/04/2019, página 77, no quadro "Diretoria", onde se lê:  
Muel Fernando Gomes Moreira - Diretor Financeiro - RG: 06.999.669-  
2 - CPF: 463.102.077-68, leia-se: André Silva Sader - Diretor Presidente  
- RG: 17.444.816-2 - CPF: 170.725.418-45

**Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRP-USP**  
CNPJ/MF nº 57.722.118/0001-40  
**Aviso de Licitação**  
Aberto Pregão Presencial nº 85/2019, do tipo menor preço, aquisição de Microbaloço e nº 86/2019, Stent Autoexpandível ..., a serem realizados, em 22/5/2019, às 9 horas.  
Edital disponível no site [www.faepe.br](http://www.faepe.br).

4. TABELA DE NOTAS - OSASCO  
 CERTIFICACAO  
 Esta fotocópia é reprodução fiel  
 do documento original, deu fe,  
 Osasco-SP, Desta 3,58

25 OUT. 2019  
Daniele Justiniano Jesus  
Escrivente  
Valida somente com o selo de autenticidade


Colégio Notarial  
do Brasil  
Seção São Paulo  
113472  
AUTENTICAÇÃO  
SAF0909560









		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>60.746.948/0001-12</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>02/03/1943</b>
NOME EMPRESARIAL <b>BANCO BRADESCO S.A.</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>BRADESCO EST UNIF</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>204-6 - Sociedade Anônima Aberta</b>			
LOGRADOURO <b>NUC CIDADE DE DEUS</b>		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP <b>06.029-900</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VILA YARA</b>	MUNICÍPIO <b>OSASCO</b>	UF <b>SP</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(11) 3684-5122</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **24/10/2019** às **11:16:16** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# Prefeitura do Município de Osasco

Secretaria dos Negócios da Fazenda

## FICHA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIARIO

Inscrição: 0000015383 - 4		Inscrição do IPTU: 23242-23-09-0001-99-999-02	
Nome ou Razão Social: <b>BANCO BRADESCO S/A</b>			
Endereço: - CIDADE DE DEUS, 00000 S/Nº PREDIO NOVO - 3º ANDAR			
Cep: 06029-900	Bairro: VL YARA	Cidade: OSASCO	UF: SP
Atividade: 321 - OPERACOES BANCARIAS			
CGC/CPF: 60746948000112		Emissão: 26/01/2004	
Início: 10/03/1943		Assinatura: <i>Cristina Maria de Mello e Silva</i> <i>Dir. Trib. Mobiliario</i>	







PREFEITURA  
DO MUNICÍPIO  
DE OSASCO

## SECRETARIA DE FINANÇAS

### Certidão

Certificamos para os devidos fins, e atendendo o pedido da parte interessada que revendo os livros e assentamentos pertinentes aos tributos imobiliários, que a instituição bancária denominada "BANCO BRADESCO S/A", sediada na Cidade de Deus, s/nº. – Vila Yara – Osasco, está devidamente inscrito no Cadastro Fiscal Municipal da Secretaria de Finanças, sob o código de nº 15.383-49 para explorar operações Bancárias.

Certificamos ainda que o cartão com a nomenclatura "FICHA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MOBILIÁRIO DA PREFEITURA", tem plena validade, sua validade expira quando a empresa encerra suas atividades.

É o que nos cumpre certificar.

Osasco(SP), 28/11/2007.

Clóvis Antonio Fraga  
Chefe de Divisão Tributos Mobiliários







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BANCO BRADESCO S.A.**  
**CNPJ: 60.746.948/0001-12**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:05:32 do dia 25/09/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/03/2020.

Código de controle da certidão: 4676.66D0.4D0B.DBFE

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## Confirmação de Autenticidade das Certidões

### Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CNPJ : 60.746.948/0001-12

Data da Emissão : 25/09/2019

Hora da Emissão : 15:05:32

Código de Controle da Certidão : 4676.66D0.4D0B.DBFE

Tipo da Certidão : Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 25/09/2019, com validade até 23/03/2020.





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Positiva de Débitos

#### Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:**

Relativos a IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 60.746.948/0001-12

IE:

CDA	Situação
1.215.053.658	Inscrito / Suspenso
1.215.053.725	Inscrito / Suspenso
1.215.053.736	Inscrito / Suspenso
1.215.053.747	Inscrito / Suspenso
1.215.053.758	Inscrito / Suspenso
1.215.053.769	Inscrito / Suspenso
1.215.053.770	Inscrito / Suspenso
1.215.053.858	Inscrito / Suspenso
1.215.053.970	Inscrito / Suspenso
1.215.054.035	Inscrito / Suspenso
1.215.054.380	Inscrito / Suspenso
1.215.054.424	Inscrito / Suspenso
1.215.054.446	Inscrito / Suspenso
1.215.054.468	Inscrito / Suspenso
1.233.673.045	Inscrito / Suspenso
1.233.673.067	Inscrito / Suspenso
1.233.976.833	Inscrito / Suspenso
1.233.976.844	Inscrito / Suspenso
1.236.016.850	Inscrito / Suspenso
1.236.016.860	Inscrito / Suspenso
1.238.713.912	Inscrito / Suspenso
1.238.713.934	Inscrito / Suspenso
1.238.857.774	Inscrito / Suspenso
1.238.857.796	Inscrito / Suspenso
1.242.242.020	Inscrito / Suspenso
1.242.242.030	Inscrito / Suspenso



Local de emissão:

DRT-14 - Osasco

Responsável:

Jorge Anzânia Dias da Silva  
Chefe do Posto Fiscal - Osasco

CRDA nº 22840984

Data e hora da emissão 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília)

Folha 1 de 9

Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos  
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

IE:

CDA	Situação
1.242.242.041	Inscrito / Suspenso
1.242.242.052	Inscrito / Suspenso
1.242.242.063	Inscrito / Suspenso
1.242.274.155	Inscrito / Suspenso
1.242.274.166	Inscrito / Suspenso
1.243.451.530	Inscrito / Suspenso
1.256.588.374	Inscrito / Suspenso
1.256.588.385	Inscrito / Suspenso
1.256.588.408	Inscrito / Suspenso
1.256.588.420	Inscrito / Suspenso
1.256.757.153	Inscrito / Suspenso
1.256.757.186	Inscrito / Suspenso
1.260.351.013	Inscrito / Suspenso
1.261.101.491	Inscrito / Suspenso
1.261.101.536	Inscrito / Suspenso
1.261.101.558	Inscrito / Suspenso
1.261.101.569	Inscrito / Suspenso
1.265.118.177	Inscrito / Suspenso
1.265.118.199	Inscrito / Suspenso

Relativos a Multa Ipc

Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR -

CNPJ: 60.746.948/0001-12

IE:

CDA	Situação
1.095.263.499	Inscrito / Suspenso
1.133.522.467	Inscrito / Suspenso
1.136.825.852	Inscrito / Suspenso
1.138.683.018	Inscrito / Suspenso
1.140.963.851	Inscrito
1.152.659.898	Inscrito / Suspenso
1.216.145.840	Inscrito / Suspenso
1.219.678.104	Inscrito / Suspenso
1.228.958.742	Inscrito / Suspenso
1.239.273.933	Inscrito / Suspenso



Local de emissão : DRT-14 - Osasco	Responsável : Jorge Antonio Dias da Silva Chefe do Posto Fiscal - Osasco
CRDA nº 22840984	
Data e hora da emissão 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília)	
Folha 2 de 9	
Prazo de validade da certidão: 06 ( SEIS ) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Procuradoria da Dívida Ativa**

**Certidão Positiva de Débitos**  
**Inscritos na Dívida Ativa**

**CNPJ BASE:** 60746948

**IE:**

CDA	Situação
1.239.273.988	Inscrito / Suspenso
1.239.890.470	Inscrito / Suspenso
1.253.861.266	Inscrito / Suspenso
1.258.236.654	Inscrito / Suspenso

**Relativos a Multas**

**Origem:** FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR -

**CNPJ:** 60.746.948/0001-12

**IE:**

CDA	Situação
1.006.021.690	Inscrito / Suspenso
1.006.392.355	Inscrito / Suspenso
1.006.400.317	Inscrito / Suspenso
1.006.678.200	Inscrito / Suspenso
1.006.853.247	Inscrito / Suspenso
4.086	Inscrito / Suspenso

**Relativos a Taxa Judiciária**

**Origem:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CNPJ:** 60.746.948/0001-12

**IE:**

CDA	Situação
1.268.507.378	Inscrito

**Relativos a Multa Ipca**

**Origem:** FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR -

**CNPJ:** 60.746.948/0002-01

**IE:**

CDA	Situação
1.241.437.380	Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/0011-94

**IE:**

CDA	Situação
-----	----------



<b>Local de emissão :</b> DRT-14 - Osasco	<b>Responsável :</b> Jorge Antonio Dias da Silva Chefe do Posto Fiscal - Osasco
<b>CRDA nº</b> 22840984	
<b>Data e hora da emissão</b> 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília)	
<b>Folha</b> 3 <b>de</b> 9	
<b>Prazo de validade da certidão:</b> 06 (SEIS) <b>mês(es)</b> conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos  
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 80746948

IE:

CDA  
1.240.371.296

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0071-25

IE:

CDA  
1.257.323.971

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0083-69

IE:

CDA  
1.233.962.639

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0090-98

IE:

CDA  
1.226.795.073

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0200-67

IE:

CDA  
1.229.387.840

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0201-48

IE:

CDA  
1.251.749.040

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0225-15

IE:

CDA  
1.229.842.882

Situação  
Inscrito / Suspenso

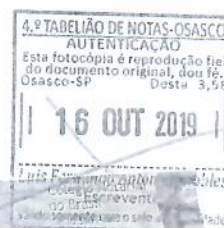
CNPJ: 60.746.948/0227-87

IE:

CDA  
1.258.247.251

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0232-44



113472  
AUTENTICAÇÃO  
AU0676AF0903307

Local de emissão : DRT-14 - Osasco	Responsável : Jorge Antonio Dias da Silva Chefe do Posto Fiscal - Osasco
CRDA nº 22840984	Folha 4 de 9
Data e hora da emissão 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 ( SEIS ) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Procuradoria da Dívida Ativa**

**Certidão Positiva de Débitos**  
**Inscritos na Dívida Ativa**

**CNPJ BASE:** 60746948

**IE:**

**CDA**  
1.226.796.572

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/0245-69

**IE:**

**CDA**  
1.240.233.361

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**Relativos a** IPVA

**Origem:** SECRETARIA DA FAZENDA

**CNPJ:** 60.746.948/0287-18

**IE:**

**CDA**  
1.235.710.371  
1.254.603.889

**Situação**  
Inscrito / Suspenso  
Inscrito / Suspenso

**Relativos a** Multa Ipca

**Origem:** FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR -

**CNPJ:** 60.746.948/0379-70

**IE:**

**CDA**  
1.259.398.688

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/0392-48

**IE:**

**CDA**  
1.258.110.490

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/0407-69

**IE:**

**CDA**  
1.238.182.950

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/0422-06

**IE:**

**CDA**

**Situação**



Local de emissão : DRT-14 - Osasco	Responsável : Jorge Antonio Dias da Silva Chefe do Posto Fiscal - Osasco
CRDA nº 22840984 Data e hora da emissão 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília) Prazo de validade da certidão: 06 ( SEIS ) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

IE:

CDA  
1.229.851.437

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0493-91

IE:

CDA  
1.239.885.222

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0516-12

IE:

CDA  
1.239.281.077

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0687-79

IE:

CDA  
1.229.390.145

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/0689-30

IE:

CDA  
1.239.106.470

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/1603-14

IE:

CDA  
1.239.276.808

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/1695-32

IE:

CDA  
1.229.844.291

Situação  
Inscrito / Suspenso

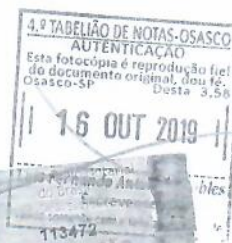
CNPJ: 60.746.948/2006-34

IE:

CDA  
1.258.110.567

Situação  
Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/2069-18



Local de emissão : DRT-14 - Osasco	Responsável : Jorge Antonio Dias da Silva Chefe do Posto Fiscal - Osasco
CRDA nº 22840984	
Data e hora da emissão 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	
Folha	6 de 9





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Procuradoria da Dívida Ativa**

**Certidão Positiva de Débitos**  
**Inscritos na Dívida Ativa**

**CNPJ BASE:** 60746948

**IE:**

**CDA**  
1.258.247.140

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2170-14

**IE:**

**CDA**  
1.260.349.862

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2175-29

**IE:**

**CDA**  
1.258.239.262

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2240-61

**IE:**

**CDA**  
1.231.732.548

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2248-19

**IE:**

**CDA**  
1.231.721.462

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2311-90

**IE:**

**CDA**  
1.238.715.010

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2453-01

**IE:**

**CDA**  
1.258.243.022

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2661-47

**IE:**

**CDA**  
1.239.138.328

**Situação**  
Inscrito / Suspenso

**CNPJ:** 60.746.948/2785-87



<b>Local de emissão :</b> DRT-14 - Osasco	<b>Responsável :</b> Jorge Antonio Dias da Silva Chefe do Posto Fiscal - Osasco
<b>CRDA nº</b> 22840984 <b>Data e hora da emissão</b> 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília) <b>Prazo de validade da certidão:</b> 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	
<b>Folha</b> 7 <b>de</b> 9	





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos  
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

IE:

CDA  
1.239.270.903

CNPJ: 60.746.948/2872-25

IE:

CDA  
1.229.842.005

CNPJ: 60.746.948/3335-10

IE:

CDA  
1.239.591.566

CNPJ: 60.746.948/3502-88

IE:

CDA  
1.240.224.462

CNPJ: 60.746.948/3576-14

IE:

CDA  
1.219.947.235

CNPJ: 60.746.948/3621-03

IE:

CDA  
1.257.184.520

CNPJ: 60.746.948/3923-63

IE:

CDA  
1.258.247.629

CNPJ: 60.746.948/4945-22

IE:

CDA  
1.239.140.689

CNPJ: 60.746.948/5021-34

Situação  
Inscrito / Suspenso

Situação  
Inscrito / Suspenso

Situação  
Inscrito / Suspenso

Situação  
Inscrito / Suspenso

Situação  
Inscrito / Suspenso

Situação  
Inscrito / Suspenso

Situação  
Inscrito / Suspenso

Situação  
Inscrito / Suspenso



Local de emissão : DRT-14 - Osasco	Responsável : Jorge Antonio Dias da Silva Chefe do Posto Fiscal - Osasco
CRDA nº 22840984	
Data e hora da emissão 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília)	
Prazo de validade da certidão: 06 ( SEIS ) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	
Folha	8 de 9





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60746948

IE:

CDA

1.257.191.676

Situação

Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/5065-55

IE:

CDA

1.231.736.377

Situação

Inscrito / Suspenso

1.257.323.938

Inscrito / Suspenso

CNPJ: 60.746.948/5285-24

IE:

CDA

1.238.182.606

Situação

Inscrito / Suspenso

Anotação SEFAZ:

CERTIFICO QUE A PRESENTE CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA EM RELAÇÃO AO CNPJ: 60.746.948/0001-12. Conforme despacho do Sr. Procurador do Estado (GDOC 51253-376238-2019), o débito referente à CDA 1.140.963.851 está garantido por decisão judicial, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, nos termos dos Art. 151 e Art. 206, ambos do CTN. A CDA 1.268.507.378 foi paga em 12/07/2019, conforme comprovante de pagamento DARE-SP localizada no sistema da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

Final da Certidão



Local de emissão :

DRT-14 - Osasco

Responsável :

Jorge Antonio Dias da Silva  
Chefe do Posto Fiscal - Osasco

CRDA nº 22840984

Data e hora da emissão 12/07/2019 16:17:15 (horário de Brasília)

Prazo de validade da certidão: 06 ( SEIS ) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).

Folha 9 de 9





18/10/2019

6032511

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 7508480****FOLHA: 1/2**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 17/10/2019, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**BANCO BRADESCO S.A.**, CNPJ: 60.746.948/0001-12, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

A seguinte distribuição: \*\*\*\*\*

**PAULÍNIA**

» Foro de Paulínia - 1ª Vara. Processo: 1002056-05.2019.8.26.0428. Ação: Recuperação Judicial de créditos. Data: 17/05/2019. Repte: Banco Bradesco S.A. \*\*\*\*\*

**CERTIFICA** ainda que, em razão da inexistência de elemento de identificação (CNPJ) na base de dados do distribuidor, verificou **CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de **BANCO BRADESCO S.A.** não qualificado(a), a distribuição abaixo relacionada, que pode referir-se a homônimo. \*\*\*\*\*

**MOGI DAS CRUZES**

» Foro de Mogi das Cruzes - 1ª Vara Cível. Processo: 1000827-66.2009.8.26.0361 [13] (361.01.2009.01678/13) Situação: Arquivado. Ação: Recuperação Judicial. Data: 06/05/2009. Repte: Banco Bradesco S.A. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e

**PEDIDO Nº:****6032511**





18/10/2019

6032511

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 7508480**

**FOLHA: 2/2**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 18 de outubro de 2019.



**PEDIDO Nº:**

**6032511**







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MOGI DAS CRUZES**  
**FORO DE MOGI DAS CRUZES**  
**1ª VARA CÍVEL**

Av. Candido Xavier de Almeida e Souza, 159, Sala 20, Centro Cívico -  
 CEP 08780-210, Fone: 11-4799-8877, Mogi das Cruzes-SP - E-mail:  
 mogicruzes1cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ**

Mario Roman Alves, Diretor Técnico de Serviço do Cartório da 1ª. Vara Cível do Foro de Mogi das Cruzes, na forma da lei,

**CERTIFICA** que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

**PROCESSO FÍSICO Nº:** 1000826-81.2009.8.26.0361/12 - **CLASSE** - **ASSUNTO:**  
**Recuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 06/08/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 0,00

**REQUERENTE(S):**  
**BANCO BRADESCO S/A**

**REQUERIDO(S):**  
**OXIFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA**

**OBJETO DA AÇÃO:**

O autor requerer a habilitação de seu crédito no valor de R\$ 289.162,14 na recuperação judicial de OXIFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA. Alega que houve inclusão do crédito em valor inferior, pretendendo a respectiva retificação com a inclusão do valor correto.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:**

**12/03/12 – Sentença:** "Autos nº 2114/09-12. Vistos. BANCO BRADESCO S/A requereu a habilitação de seu crédito no valor de R\$ 289.162,14 na recuperação judicial de OXIFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA. Alega que houve inclusão do crédito em valor inferior, pretendendo a respectiva retificação com a inclusão do valor correto. O administrador manifestou a concordância com a inclusão do crédito na forma como pretendida (fls. 33), e o Ministério Público opinou pela inclusão do crédito (fls. 35). É o relatório. Considerando o documento de fls. 8/13 e diante dos pareceres favoráveis, defiro a inclusão do crédito no quadro geral de credores, como quirografário, no valor de R\$ 289.162,14 para 6 de agosto de 2009. PRI"

**15/06/2012 – Despacho.** "Proc. nº 2114/09-12. Vistos. Arquite-se. Int."

**NADA MAIS.** O referido é verdade e dá fé. Mogi das Cruzes, 07 de junho de 2019.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: Isento (Provimento CSM nº 2.356/2016)







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PAULÍNIA**  
**FORO DE PAULÍNIA**  
**1ª VARA**

Praça 28 de fevereiro, 180, Sala 31, Centro - CEP 13140-285, Fone:  
 (19)3874-1104, Paulínia-SP - E-mail: paulinia1@tjsp.jus.br  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ**

Flávio Henrique Greghi Espanha, Oficial Maior do Cartório da 1ª. Vara Judicial do Foro de Paulínia, na forma da lei,

**CERTIFICA** que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

**PROCESSO DIGITAL Nº:** 1002056-05.2019.8.26.0428 - **CLASSE** - **ASSUNTO:**  
**Recuperação Judicial - Classificação de créditos**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 17/05/2019 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 349.316,70

**REQUERENTE(S):**

**BANCO BRADESCO S.A.**, CNPJ 60.746.948/0001-12, Avenida Yara, S/Nº, Cidade de Deus, CEP 06029-900, Osasco - SP

**REQUERIDO(S):**

**ENERGITECH GENERAL SERVICES LTDA. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ 07.006.872/0001-06, com endereço à Avenida Brasil, 175, Vila Bressani, CEP 13140-496, Paulínia - SP

**EXPRESSO PAULINENSE LTDA EPP - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, CNPJ 20.214.215/0001-12, com endereço à Rua Shirlei Ramos Maia de Souza, 64, Parque Bom Retiro, CEP 13142-208, Paulínia - SP

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:**

Conclusos para Decisão - 17/05/2019 15:54:49 Mero expediente - 20/05/2019 09:21:15 - Vistos. Intime-se o administrador judicial nomeado nos autos de recuperação judicial em epígrafe para que se manifeste a respeito da presente impugnação, no prazo de 10 (dez) dias. Int.

Remessa - 20/05/2019 11:55:33 - Relação: 0257/2019

Teor do ato: Vistos. Intime-se o administrador judicial nomeado nos autos de recuperação judicial em epígrafe para que se manifeste a respeito da presente impugnação, no prazo de 10 (dez) dias. Int.

Advogados(s): Luiz Augusto Winther Rebello Junior (OAB 139300/SP)

Certidão de Publicação Expedida - 21/05/2019 11:32:36 - Relação :0257/2019

Data da Disponibilização: 21/05/2019

Data da Publicação: 22/05/2019

Número do Diário: 2812

Página: 3172/3192

Certidão de Publicação Expedida - 21/05/2019 11:32:38 - Relação :0257/2019

Data da Disponibilização: 21/05/2019

Data da Publicação: 22/05/2019

Número do Diário: 2812

Página: 3172/3192

Petição - 22/05/2019 11:25:12 - Nº Protocolo: WPLA.19.70023941-1

Tipo da Petição: Petições Diversas

Data: 22/05/2019 11:17







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE PAULÍNIA**  
**FORO DE PAULÍNIA**  
**1ª VARA**

Praça 28 de fevereiro, 180, Sala 31, Centro - CEP 13140-285, Fone:  
 (19)3874-1104, Paulínia-SP - E-mail: paulinia1@tjsp.jus.br  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Conclusos para Despacho - 23/05/2019 10:58:36 Petição - 28/05/2019 15:46:46 - Nº Protocolo:  
 WPLA.19.70025070-9

Tipo da Petição: Petições Diversas

Data: 28/05/2019 15:43

NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. Paulínia, 12 de junho de 2019.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: Isento (Provimento CSM nº 2.356/2016)







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MOGI DAS CRUZES**  
**FORO DE MOGI DAS CRUZES**  
**1ª VARA CÍVEL**

Av. Candido Xavier de Almeida e Souza, 159, Sala 20, Centro Cívico -  
 CEP 08780-210, Fone: 11-4799-8877, Mogi das Cruzes-SP - E-mail:  
 mogicruzes1cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ**

Mario Roman Alves, Diretor Técnico de Serviço do Cartório da 1ª. Vara Cível do Foro de Mogi das Cruzes, na forma da lei,

**CERTIFICA** que, pesquisando em Cartório, a seu cargo, verificou constar:

**PROCESSO FÍSICO Nº:** 0016678-65.2009.8.26.0361 - **CLASSE - ASSUNTO:** Recuperação Judicial - Limitada

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 06/08/2009 **VALOR DA CAUSA:** R\$ 10.000,00

**REQUERENTE(S):**

**OXIFER INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRO AÇO LTDA**, CNPJ 55.913.966/0001-01, AV JOAO XXIII, 2525, JARDIM SAO PEDRO, CEP 08830-000, Mogi das Cruzes - SP  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA III**, CNPJ 16.503.123/0001-85, Iguatemi, 151, Itaim Bibi, CEP 01451-011, São Paulo - SP

**REQUERIDO(S):**

Qualificação Completa da Parte Passiva Seleccionada << Informação indisponível >>

**OBJETO DA AÇÃO:**

Oxifer Indústria e Comércio de Ferro Aço Ltda. ajuizou a presente ação pretendendo o processamento de sua recuperação judicial, na forma de plano especial, afirmando que passa por crise momentânea em decorrência da crise mundial, porquanto a maioria de seus clientes fabricam e comercializam produtos no exterior.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:**

**Despacho Proferido - 12/08/2009 - Proc. nº 2114/09** Vistos, Oxifer Indústria e Comércio de Ferro Aço Ltda. ajuizou a presente ação pretendendo o processamento de sua recuperação judicial, na forma de plano especial, afirmando que passa por crise momentânea em decorrência da crise mundial, porquanto a maioria de seus clientes fabricam e comercializam produtos no exterior. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 5/160. Acompanhando o processo custos legis, o Douto Promotor de Justiça opinou pelo processamento da recuperação (fl. 161). Decido. É o caso de admissão do processamento da recuperação judicial. A recuperação pretende viabilizar a superação da situação momentânea de crise econômico-financeira da autora, em obediência do valor social da empresa, preservando esta enquanto agente de produção e intermediação de riquezas. A autora não incide em quaisquer das proibições do art. 48 da lei de regência, e demonstrou o cumprimento de todas as exigências elencadas no art. 51 da referida lei, em especial os três balanços patrimoniais, relação de credores e de empregados, certidões de protestos, relação de bens dos sócios administradores, estimativa dos débitos existentes, e, por fim, extratos de contas bancárias. Ante o exposto, por decisão interlocutória, defiro o processamento da recuperação judicial da requerente Oxifer Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda., nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/05, razão pela qual: 1) nomeio administrador Antonio Cardoso de Carvalho, devendo ser intimado pessoalmente por carta para prestar







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MOGI DAS CRUZES**  
**FORO DE MOGI DAS CRUZES**  
**1ª VARA CÍVEL**

Av. Candido Xavier de Almeida e Souza, 159, Sala 20, Centro Cívico -  
 CEP 08780-210, Fone: 11-4799-8877, Mogi das Cruzes-SP - E-mail:  
 mogicruzes1cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

compromisso e cumprir com os termos do art. 21 da Lei de Recuperação Judicial, no prazo de 48 horas (art. 33 da lei em comento), sob pena de destituição; 2) dispense a requerente de apresentar certidões negativas para exercer suas atividades, exceto em contratações com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; 3) suspenda a prescrição dos créditos e as ações e execuções contra o devedor, observadas as ressalvas legais, certificando-se a suspensão nos processos em andamento. 4) determine à devedora que passe a utilizar, em seu nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial" (art. 69 da Lei nº 11.101/05). Oficie-se à Junta Comercial do Estado de São Paulo para que anote o processamento da recuperação judicial da requerente (art. 69, parágrafo único, da Lei de Recuperação Judicial); 5) determine à devedora que apresente o plano de recuperação judicial no prazo improrrogável de 60 dias, nos termos do art. 53 da lei de regência; 6) determine à devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores; 7) visando evitar tumulto processual ante a imprecisão dos prazos para objeção estabelecidos no inc. III do § 1º do art. 52 da Lei de Recuperação Judicial, em conjunto com o parágrafo único do art. 55 daquela lei, determine que o prazo de 30 dias para objeções ao plano de recuperação judicial iniciar-se-á a partir da publicação da lista de credores a ser elaborada pelo administrador judicial, na forma do art. 7º, § 2º, da lei, caso ausente a hipótese do art. 55, parágrafo único da referida lei; 8) concedo o prazo de 15 dias para habilitações ou divergências aos créditos relacionados pela devedora, a contar da publicação do edital a que alude o item 10 infra (art. 7º, § 1º, da Lei de Recuperação Judicial). As habilitações ou divergências, destinadas ao administrador nesta fase administrativa, deverão ser apresentadas no 1º Ofício Cível de Mogi das Cruzes, que as relacionará, certificando nos autos principais, providenciando após a imediata entrega definitiva dos pedidos ao administrador judicial para que este os aprecie em seu conteúdo de modo a elaborar o quadro geral de credores (art. 7º da Lei); 9) apresente a devedora a relação nominal de credores em meio eletrônico (CD ou pen drive), no prazo de 03 dias; 10) Fornecida a relação supra, expeça-se edital para publicação no órgão oficial contendo resumo do pedido do devedor e a íntegra da presente decisão, bem como da relação nominal de credores; 11) comuniquem-se, por carta postal, as Fazendas Federal, Estadual e Municipal quanto ao deferimento do processamento da presente recuperação judicial. Int.

Decisão - 25/09/2014 15:58:26 - Vistos. Fls. 1697/1698: Cumpra-se o quanto determinado às fls. 1648, expedindo-se mandado de constatação, o que já deveria ter sido feito. Certifique a serventia se houve a intimação da recuperanda para manifestação sobre o pedido de fls. 1642/1646, como determinado às fls. 1648. Em caso negativo, intime-se. Em caso positivo, certifique-se eventual decurso de prazo e tornem conclusos para decisão. Fls. 1694: Diante do alegado, certifique a serventia, anotando-se, se em termos. Fls. 1681 e 1696: Anote-se, se em termos. Fls. 1699: Diante da renúncia efetuada pelo Dr. Francisco de Assis Arrais, nomeio para atuar neste feito como administrador judicial o Dr. Luiz Eduardo Vidal Rodrigues (OAB/SP 272324), com endereço na Av. Paulista, nº 509, 14º andar, Bela Vista, São Paulo - SP, o qual foi recentemente nomeado administrador judicial nos autos da falência de Vidax Serviços S/A, também em trâmite perante este Juízo (processo nº 0022576-54.2012.8.26.0361). Intime-se-o pessoalmente para que, em 48 horas, assine neste Juízo o termo de compromisso, sob pena de substituição, nos termos dos artigos 33 e 34, da Lei nº 11.101/05. Por fim, apenas consigno que deixo de fixar remuneração ao administrador que atuava nos autos, uma vez que a renúncia efetuada se deu sem relevante razão ("assumi outros compromissos fora da Comarca" - fls. 1699), conforme artigo 24, § 3º, da Lei nº 11.101/05. Cumpra-se com celeridade. Intime-se.

**Decretação de falência - 02/10/2015 11:19:25 - VISTOS.**

Trata-se de recuperação judicial cujo processamento foi deferido à OXIFER INDÚSTRIA



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO ROMAN ALVES, liberado nos autos em 14/06/2019 às 16:40. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0016678-65.2009.8.26.0361 e código A100000053JSL.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MOGI DAS CRUZES**  
**FORO DE MOGI DAS CRUZES**  
**1ª VARA CÍVEL**

Av. Candido Xavier de Almeida e Souza, 159, Sala 20, Centro Cívico -  
 CEP 08780-210, Fone: 11-4799-8877, Mogi das Cruzes-SP - E-mail:  
 mogicruzes1cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA (fls. 162/164).

Durante o processamento do feito, foi constatado por Oficial de Justiça que a recuperanda se encontra desativada e que no mesmo imóvel funciona a empresa Martins Coelho Comércio de Sucatas (fls. 1723/1724 e 1728/1730).

O administrador requereu a convalidação da recuperação judicial em falência, nos termos do art. 73, da Lei 11.101/2005 e a decretação de falência da autora nos termos do artigo 99, da Lei de Falências (fls. 1738/1740).

Foi determinada a manifestação da recuperanda sobre o pedido de decretação de sua falecia, bem como sobre a constatação do Oficial de Justiça (fls. 1771/1781), tendo a empresa, porém, quedado-se inerte (fls. 1788).

O Ministério Público igualmente requereu a convalidação da recuperação judicial em falência, diante da inércia da recuperanda e do descumprimento do plano de recuperação judicial (fls. 1789).

**É O BREVE RELATÓRIO.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Com efeito, a convalidação da recuperação judicial em falência da empresa recuperanda é medida de rigor, diante do manifesto descumprimento do plano de recuperação judicial apresentado, sendo que sequer mais em atividade ela se encontra, conforme constatação de fls. 1723/1724 e 1728/1730, não havendo mais, assim, atividade, empregos, serviços e tributos a preservar.

Latente, portanto, a inviabilidade da empresa, estando presentes no caso em tela as hipóteses que justificam a convalidação da recuperação judicial em falência.

Posto isso, DECRETO hoje, às 11:18 horas, nos termos do artigo 73, inciso IV, da Lei nº 11.101/05, a falência de OXIFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA, CNPJ 55913966-0001/01, sendo seus sócios administradores MILTON MARTINS COELHO e MILTON MARTINS COELHO JÚNIOR.

Portanto:

1) Mantenho como administrador judicial, o Dr. LUIZ EDUARDO VIDAL RODRIGUES (OAB/SP 272.324), com endereço na Av. Paulista nº 509, 14º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP. Para fins do artigo 22, III, da Lei nº 11.101/05 deve:

1.1) ser intimado por telefone COM URGÊNCIA, para que, em 48 (quarenta e oito) horas, assine o termo de compromisso, sob pena de substituição (arts. 33 e 34);

1.2) proceder a arrecadação dos bens e documentos COM URGÊNCIA (art. 110), bem como a avaliação dos bens, separadamente ou em bloco, no local em que se encontrem (arts. 108 e 110), para realização do ativo (arts. 139 e 140), sendo que ficarão eles "sob sua guarda e responsabilidade" (art. 108, parágrafo único), podendo providenciar a lacração, se necessário, conforme art. 109, não havendo que se falar, no caso, em continuação provisória das atividades da falida, uma vez que a empresa em questão já se encontra desativada, conforme constatado nos autos por Oficial de Justiça;

1.3) quando da apresentação do relatório previsto no art. 22, III, 'e' da Lei 11.101/05, deverá o Administrador Judicial protocolá-lo como incidente à falência, bem como eventuais manifestações acerca do mesmo deverão ser protocolizadas junto ao referido incidente.

2) Fixo o termo legal (artigo 99, II), em 90 (noventa) dias, contados do requerimento inicial ou do protesto mais antigo, prevalecendo a data mais antiga.

3) Os sócios da falida devem apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a relação nominal de credores (EM FORMATO DE MINUTA), descontando o que já foi pago ao tempo da recuperação judicial e incluindo os créditos que não estavam submetidos à recuperação (artigo 99, III), se for o caso indicando a possibilidade de aproveitar o edital do artigo 7, § 2º, da Lei n. 11.101/05, para tal, desde que não existam pagamentos durante a recuperação judicial.







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MOGI DAS CRUZES**  
**FORO DE MOGI DAS CRUZES**  
**1ª VARA CÍVEL**

Av. Candido Xavier de Almeida e Souza, 159, Sala 20, Centro Cívico -  
 CEP 08780-210, Fone: 11-4799-8877, Mogi das Cruzes-SP - E-mail:  
 mogicruzes1cv@tjsp.jus.br

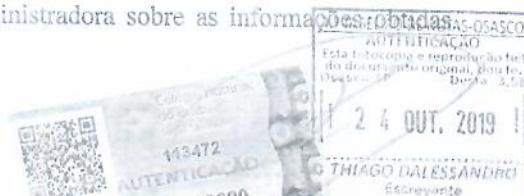
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

- 4) Devem, ainda, os sócios administradores da falida, MILTON MARTINS COELHO e MILTON MARTINS COELHO JÚNIOR, cumprir o disposto no artigo 104 da LRF, devendo ser eles intimados pessoalmente a comparecer em cartório no prazo de 10 dias para assinar termos de comparecimento e prestar esclarecimentos, que deverão ser apresentados na ocasião por escrito, sob as penas da lei. Posteriormente, havendo necessidade, será designada audiência para esclarecimentos pessoais dos falidos.
- 5) Ficam advertidos, ainda, que para salvaguardar os interesses das partes envolvidas e verificado indício de crime previsto na Lei n. 11.101/2005, poderão ter a prisão preventiva decretada (art. 99, VII).
- 6) Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do edital, para os credores apresentarem ao administrador judicial "suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados" (art. 99, IV, e art. 7º § 1º), que deverão ser encaminhadas encaminhadas diretamente ao Administrador Judicial;
- 6.1) As impugnações já ajuizadas durante a fase da recuperação judicial e ainda pendentes de julgamento deverão ser encaminhadas em definitivo ao administrador judicial para que sejam analisadas como divergências administrativas para os fins de elaboração da nova relação do art. 7º, § 2º, da LRF, tendo em vista a nova condição de falência.
- 7) Quando da publicação do novo edital a que se refere o art. 7º, § 2º da Lei 11.101/05, eventuais impugnações ao referido edital e/ou habilitações retardatárias deverão ser protocoladas como incidente à falência, ao passo que não deverão ser juntadas nos autos principais, sendo que as petições subsequentes e referentes ao mesmo incidente deverão ser, sempre, direcionadas àquele já instaurado.
- 8) Determino, nos termos do art. 99, V, a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida (pessoa jurídica), ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da mesma Lei, ficando suspensa, também, a prescrição.
- 9) Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida, sem autorização judicial e do Comitê de Credores (se houver).
- 10) Determino a expedição de ofícios (art. 99, X e XIII) aos órgãos e repartições públicas (União, Estado, Município, Banco Central, Detran, Receita Federal, etc.), autorizada a comunicação "online", imediatamente, bem como à Jucesp para fins dos arts. 99, VIII, e 102, da LRF.
- 11) Expeça-se edital, nos termos do art. 99, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, com a lista de credores atualizada pela falida, conforme determinado no item 3. Caso não cumprido, deverá ser aproveitada a relação do art. 7º, § 2º, da LRF apresentada na fase da recuperação judicial.
- 12) Intimem-se, inclusive o Ministério Público.
- 13) P.R.L.C.

**Decisão - 07/04/2017 17:13:38** - Diante do pedido retro, defiro a substituição do síndico para Capital Administradora Judicial. Providencie a Serventia o quanto necessário. Revogo os honorários anteriormente arbitrados ao síndico. Manifeste-se a administradora ora nomeada. Intime-se.

**Decisão - 27/07/2017 09:37:09** - Forme-se o 10º volume. Fls. 1915/1922: indefiro o pedido de expedição de ofício ao Banco Central (item 06), porquanto a pesquisa deverá ser realizada via sistema Bacenjud. Assim, procedi à consulta de ativos financeiros em nome de OXIFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRO E AÇO LTDA (CNPJ: 55.913.966/0001-01). Sem prejuízo, defiro os demais pedidos formulados pela administradora, providenciando o cartório o quanto necessário. Fls. 1925/1926: atenda-se. Fls. 1927/1935: anote-se. Intime-se.

**Decisão - 09/08/2017 12:27:55** - Manifeste-se a administradora sobre as informações obtidas







**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE MOGI DAS CRUZES**  
**FORO DE MOGI DAS CRUZES**  
**1ª VARA CÍVEL**

Av. Candido Xavier de Almeida e Souza, 159, Sala 20, Centro Cívico -  
 CEP 08780-210, Fone: 11-4799-8877, Mogi das Cruzes-SP - E-mail:  
 mogicruzeslcv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

junto ao sistema Bacenjud, que seguem anexas. Sem prejuízo, cumpra-se a determinação retro.

**Petição - 24/05/2019 16:43:29** - Juntada a petição diversa - Tipo: Petição Intermediária em Recuperação Judicial - Número: 80109 - Protocolo: FJMJ19011786361

**NADA MAIS.** O referido é verdade e dá fé. Mogi das Cruzes, 12 de junho de 2019.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Ao Estado: Isento (Provimento CSM nº 2.356/2016)



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIO ROMAN ALVES, liberado nos autos em 14/06/2019 às 16:40.  
 Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0016678-65.2009.8.26.0361 e código A100000053JSL.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO  
SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento da Receita

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO N° 019837/2019

NOME/RAZÃO SOCIAL .. : BANCO BRADESCO SA

CPF/CNPJ ..... : 60.746.948/0001-12

INSCRIÇÃO MUNICIPAL . : 0000015383

ENDEREÇO ..... : NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - PREDIO NOVO - Vila Yara -  
Osasco/SP - 06029-900

FINALIDADE ..... : LICITAÇÃO

**Ressalvado** o direito da Fazenda Pública Municipal na cobrança de débitos provenientes de impostos, taxas e multas que venham a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos referidos nesta certidão, observando-se a validade desta certidão por 06 (seis) meses, contados a partir da data abaixo, nos termos do Art. 318, § único da Lei Complementar n° 139 de 24/11/2005. Certificamos que o contribuinte acima identificado **NADA** deve a esta prefeitura. É o que cumpre informar. Foi a presente certidão emitida eletronicamente.

Osasco, 19 de Agosto de 2019

A aceitação desta certidão esta condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: [www.financas.osasco.sp.gov.br](http://www.financas.osasco.sp.gov.br)

Válida até: 15/02/2020

Código de Controle da Certidão: AAB0.877E.11CE

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:**  
**Razão Social:**  
**Endereço:**

60.746.948/0001-12  
BANCO BRADESCO SA  
RUA CIDADE DE DEUS SN / VILA YARA / OSIASCO / SP / 06029-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

**Validade:** 07/10/2019 a 05/11/2019

**Certificação Número:** 2019100712282340066706

Informação obtida em 10/10/2019 09:29:25

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: BANCO BRADESCO S.A.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 60.746.948/0001-12

Certidão nº: 179902229/2019

Expedição: 12/08/2019, às 12:21:57

Validade: 07/02/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que BANCO BRADESCO S.A.  
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
60.746.948/0001-12, CONSTA do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas  
no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade  
suspensa:

0011326-48.2013.5.01.0001 - TRT 01ª Região \*  
0175300-67.1990.5.01.0003 - TRT 01ª Região \*\*  
0263900-21.1991.5.01.0006 - TRT 01ª Região \*  
0113300-65.2003.5.01.0006 - TRT 01ª Região \*  
0008100-26.2004.5.01.0009 - TRT 01ª Região \*  
0010705-56.2015.5.01.0009 - TRT 01ª Região \*  
0097100-09.1996.5.01.0012 - TRT 01ª Região \*  
0039400-86.2007.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0089000-76.2007.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0000409-02.2011.5.01.0013 - TRT 01ª Região \*  
0154300-67.1993.5.01.0015 - TRT 01ª Região \*  
0132900-45.2003.5.01.0015 - TRT 01ª Região \*  
0141100-70.2005.5.01.0015 - TRT 01ª Região \*  
0000152-68.2011.5.01.0015 - TRT 01ª Região \*  
0000269-59.2011.5.01.0015 - TRT 01ª Região \*  
0000284-13.2011.5.01.0020 - TRT 01ª Região \*  
0203900-68.1995.5.01.0021 - TRT 01ª Região \*  
0000143-22.2010.5.01.0022 - TRT 01ª Região \*  
0100025-73.2018.5.01.0022 - TRT 01ª Região \*  
0051000-16.1994.5.01.0028 - TRT 01ª Região \*  
0101300-81.1991.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*  
0089900-74.2008.5.01.0029 - TRT 01ª Região \*  
0000200-65.2000.5.01.0030 - TRT 01ª Região \*  
0053800-98.1996.5.01.0043 - TRT 01ª Região \*  
0101500-16.2009.5.01.0043 - TRT 01ª Região \*  
0136900-30.2005.5.01.0044 - TRT 01ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000192-60.2011.5.01.0044 - TRT 01ª Região \*

0100843-12.2016.5.01.0049 - TRT 01ª Região \*

0019574-74.2014.5.01.0055 - TRT 01ª Região \*

0006400-47.2004.5.01.0063 - TRT 01ª Região \*

0209300-57.1997.5.01.0065 - TRT 01ª Região \*

0057300-68.1994.5.01.0068 - TRT 01ª Região \*

0173600-90.1994.5.01.0205 - TRT 01ª Região \*

0024100-64.1993.5.01.0243 - TRT 01ª Região \*

0328400-12.2001.5.01.0244 - TRT 01ª Região \*

0011295-27.2015.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0100364-02.2017.5.01.0302 - TRT 01ª Região \*

0000949-67.2010.5.01.0342 - TRT 01ª Região \*

0110200-75.2009.5.01.0432 - TRT 01ª Região \*

0119000-14.2005.5.01.0471 - TRT 01ª Região \*

0181800-70.1996.5.01.0511 - TRT 01ª Região \*

0123000-52.2006.5.02.0032 - TRT 02ª Região \*\*

0001554-03.2011.5.02.0034 - TRT 02ª Região \*

0002285-96.2011.5.02.0034 - TRT 02ª Região \*

0002929-39.2011.5.02.0034 - TRT 02ª Região \*

0000982-06.2014.5.02.0046 - TRT 02ª Região \*\*

0214000-06.2007.5.02.0063 - TRT 02ª Região \*\*

0073500-33.2002.5.02.0072 - TRT 02ª Região \*\*

0306700-95.2003.5.02.0077 - TRT 02ª Região \*\*

0177700-07.2006.5.02.0087 - TRT 02ª Região \*\*

0095900-71.2004.5.02.0201 - TRT 02ª Região \*

0212100-30.2005.5.02.0201 - TRT 02ª Região \*\*

0000949-92.2015.5.02.0521 - TRT 02ª Região \*

0000106-28.2015.5.03.0001 - TRT 03ª Região \*

0010919-17.2015.5.03.0001 - TRT 03ª Região \*

0011003-18.2015.5.03.0001 - TRT 03ª Região \*\*

0002618-86.2013.5.03.0022 - TRT 03ª Região \*

0000758-89.2015.5.03.0051 - TRT 03ª Região \*

0010016-38.2016.5.03.0068 - TRT 03ª Região \*

0000056-33.2014.5.03.0099 - TRT 03ª Região \*

0001432-46.2014.5.03.0134 - TRT 03ª Região \*

0002161-43.2012.5.03.0134 - TRT 03ª Região \*

0104400-30.2009.5.03.0135 - TRT 03ª Região \*

0029300-54.2009.5.03.0140 - TRT 03ª Região \*

0002146-62.2014.5.03.0180 - TRT 03ª Região \*

0002415-95.2014.5.03.0182 - TRT 03ª Região \*

0001011-61.2010.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*

0000345-26.2011.5.04.0007 - TRT 04ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001242-27.2011.5.04.0016 - TRT 04ª Região \*

0012100-52.2004.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0077300-35.2006.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0001124-39.2011.5.04.0020 - TRT 04ª Região \*

0004200-06.2004.5.04.0024 - TRT 04ª Região \*

0021199-79.2014.5.04.0025 - TRT 04ª Região \*

0000104-17.2010.5.04.0030 - TRT 04ª Região \*

0000050-58.2012.5.04.0102 - TRT 04ª Região \*

0000583-14.2012.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*

0001167-47.2013.5.04.0103 - TRT 04ª Região \*

0000139-07.2014.5.04.0104 - TRT 04ª Região \*

0068400-64.2004.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*

0083700-32.2005.5.04.0301 - TRT 04ª Região \*

0001466-07.2012.5.04.0411 - TRT 04ª Região \*

0010458-08.2013.5.04.0512 - TRT 04ª Região \*

0001574-33.2010.5.04.0661 - TRT 04ª Região \*

0000150-59.2012.5.04.0701 - TRT 04ª Região \*

0000757-43.2010.5.04.0701 - TRT 04ª Região \*

0048700-63.2008.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0000882-13.2011.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0001053-62.2014.5.05.0001 - TRT 05ª Região \*

0212000-77.2003.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0029100-92.2004.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0033600-07.2004.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0030300-95.2008.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0083100-03.2008.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0000025-95.2010.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0001062-60.2010.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0000024-71.2014.5.05.0002 - TRT 05ª Região \*

0009600-37.2004.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0076600-54.2004.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0104400-86.2006.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0110700-30.2007.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0000587-04.2010.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0000829-55.2013.5.05.0003 - TRT 05ª Região \*

0079100-90.2004.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*

0102500-36.2004.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*\*

0001108-43.2010.5.05.0004 - TRT 05ª Região \*

0050300-17.2002.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0139300-91.2003.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0077900-42.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0087400-35.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0094700-48.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0147700-60.2004.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0120000-75.2005.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0003200-27.2006.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0031300-55.2007.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0099800-76.2007.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0037900-24.2009.5.05.0006 - TRT 05ª Região \*

0022700-47.2004.5.05.0007 - TRT 05ª Região \*

0002800-44.2005.5.05.0007 - TRT 05ª Região \*

0066800-84.2004.5.05.0008 - TRT 05ª Região \*

0008700-68.2006.5.05.0008 - TRT 05ª Região \*

0249400-03.1986.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*

0197400-69.1999.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*

0132200-13.2002.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*

0148100-65.2004.5.05.0009 - TRT 05ª Região \*\*

0212600-11.2002.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*

0090900-97.2004.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*

0047900-13.2005.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*

0004800-37.2007.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*

0037100-52.2007.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*

0000449-79.2011.5.05.0010 - TRT 05ª Região \*

0169100-91.1999.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*

0000624-36.2012.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*

0010159-52.2013.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*

0010160-37.2013.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*

0000597-82.2014.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*

0001243-58.2015.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*

0001371-44.2016.5.05.0011 - TRT 05ª Região \*

0088300-97.2004.5.05.0012 - TRT 05ª Região \*

0000563-72.2012.5.05.0013 - TRT 05ª Região \*

0010093-66.2013.5.05.0013 - TRT 05ª Região \*

0125000-52.1993.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*

0127101-08.2006.5.05.0014 - TRT 05ª Região \*

0000005-94.2012.5.05.0015 - TRT 05ª Região \*

0238600-30.2002.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0190100-93.2003.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0097400-64.2004.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0093400-84.2005.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0012500-12.2008.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0040900-36.2008.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0039600-05.2009.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0000796-31.2010.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000564-82.2011.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0001186-64.2011.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0000019-75.2012.5.05.0016 - TRT 05ª Região \*

0138200-68.2003.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*

0051100-41.2004.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*

0094600-60.2004.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*

0142100-25.2004.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*

0000754-71.2013.5.05.0017 - TRT 05ª Região \*

0065500-28.2002.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*

0154100-88.2003.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*

0153100-19.2004.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*

0093400-44.2006.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*

0142400-08.2009.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*

0000581-49.2010.5.05.0018 - TRT 05ª Região \*

0063500-42.2008.5.05.0019 - TRT 05ª Região \*

0096000-66.2005.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*

0126500-81.2006.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*

0010270-09.2013.5.05.0020 - TRT 05ª Região \*

0010301-26.2013.5.05.0021 - TRT 05ª Região \*

0190100-90.1994.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0162400-08.1995.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0146300-94.2003.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0056800-80.2004.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0090400-92.2004.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0050100-54.2005.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0000546-77.2010.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0000560-90.2012.5.05.0022 - TRT 05ª Região \*

0119900-16.1998.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0100300-67.2002.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0105600-34.2007.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0000244-74.2012.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0009010-43.2017.5.05.0023 - TRT 05ª Região \*

0000575-24.2010.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*

0000445-63.2012.5.05.0024 - TRT 05ª Região \*

0188500-25.1994.5.05.0025 - TRT 05ª Região \*

0073400-56.2007.5.05.0028 - TRT 05ª Região \*

0043000-25.2008.5.05.0028 - TRT 05ª Região \*

0036300-35.2005.5.05.0029 - TRT 05ª Região \*

0001358-64.2011.5.05.0029 - TRT 05ª Região \*

0020500-27.2006.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*

0112900-26.2007.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*

0136600-94.2008.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0000414-93.2010.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*  
 0000519-70.2010.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*  
 0000631-39.2010.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*  
 0000421-17.2012.5.05.0030 - TRT 05ª Região \*  
 0041600-66.2005.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
 0091200-56.2005.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
 0014800-64.2006.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
 0080200-25.2006.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
 0000838-95.2011.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
 0001046-79.2011.5.05.0032 - TRT 05ª Região \*  
 0001360-22.2011.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
 0000776-18.2012.5.05.0033 - TRT 05ª Região \*  
 0181800-83.2006.5.05.0034 - TRT 05ª Região \*  
 0081100-33.2005.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*  
 0127300-64.2006.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*  
 0117500-75.2007.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*  
 0116000-03.2009.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*  
 0000025-25.2012.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*  
 0000211-48.2012.5.05.0035 - TRT 05ª Região \*  
 0013300-82.2005.5.05.0036 - TRT 05ª Região \*  
 0053400-45.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região \*  
 0030100-49.2009.5.05.0036 - TRT 05ª Região \*  
 0089500-30.2005.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*  
 0023400-59.2006.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*  
 0000493-17.2011.5.05.0037 - TRT 05ª Região \*  
 0006600-50.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
 0139200-39.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
 0001283-32.2010.5.05.0038 - TRT 05ª Região \*  
 0029000-17.2006.5.05.0039 - TRT 05ª Região \*  
 0152200-02.2006.5.05.0039 - TRT 05ª Região \*  
 0064600-83.2005.5.05.0133 - TRT 05ª Região \*  
 0064400-60.2003.5.05.0161 - TRT 05ª Região \*  
 0058600-24.2004.5.05.0191 - TRT 05ª Região \*  
 0022400-44.2006.5.05.0192 - TRT 05ª Região \*  
 0181500-37.2003.5.05.0193 - TRT 05ª Região \*  
 0082300-21.2005.5.05.0194 - TRT 05ª Região \*  
 0000200-34.2005.5.05.0271 - TRT 05ª Região \*  
 0001972-12.2017.5.05.0271 - TRT 05ª Região \*  
 0011200-60.2007.5.05.0271 - TRT 05ª Região \*  
 0031500-72.2009.5.05.0271 - TRT 05ª Região \*  
 0000434-09.2012.5.05.0291 - TRT 05ª Região \*  
 0000460-70.2013.5.05.0291 - TRT 05ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001172-65.2010.5.05.0291 - TRT 05ª Região \*

0036500-08.2000.5.05.0291 - TRT 05ª Região \*

0071100-79.2005.5.05.0291 - TRT 05ª Região \*

0082600-11.2006.5.05.0291 - TRT 05ª Região \*

0146700-67.2009.5.05.0291 - TRT 05ª Região \*

0038100-98.2006.5.05.0341 - TRT 05ª Região \*

0000496-44.2011.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*

0000829-93.2011.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*

0036500-95.2002.5.05.0401 - TRT 05ª Região \*

0001207-23.2010.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*

0010056-08.2015.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*

0033600-06.2007.5.05.0421 - TRT 05ª Região \*

0000754-34.2012.5.05.0461 - TRT 05ª Região \*

0132500-91.1990.5.05.0462 - TRT 05ª Região \*

0063800-27.2008.5.05.0464 - TRT 05ª Região \*

0129200-22.2007.5.05.0464 - TRT 05ª Região \*

0014400-02.2004.5.05.0491 - TRT 05ª Região \*

0048500-72.2007.5.05.0492 - TRT 05ª Região \*

0100500-88.2003.5.05.0492 - TRT 05ª Região \*

0071100-93.2008.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*

0178400-32.1999.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*

0219700-61.2005.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*

0247900-59.1997.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*

0256200-10.1997.5.05.0511 - TRT 05ª Região \*

0015200-13.1999.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*

0025300-51.2004.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*

0043100-58.2005.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*

0059500-26.2000.5.05.0521 - TRT 05ª Região \*

0016400-73.2009.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*

0043300-06.2003.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*

0047900-31.2007.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*

0083500-21.2004.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*

0089400-48.2005.5.05.0531 - TRT 05ª Região \*

0000902-95.2014.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*

0001558-52.2014.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*

0002040-34.2013.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*

0179900-23.1993.5.05.0551 - TRT 05ª Região \*

0000602-82.2010.5.05.0581 - TRT 05ª Região \*

0131400-15.2002.5.05.0581 - TRT 05ª Região \*

0158100-52.2007.5.05.0581 - TRT 05ª Região \*

0000038-13.2010.5.05.0611 - TRT 05ª Região \*

0075200-48.2009.5.05.0611 - TRT 05ª Região \*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0123800-13.2003.5.05.0611 - TRT 05ª Região \*

0000278-62.2011.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*

0001443-76.2013.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*

0096500-68.2006.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*

0096900-14.2008.5.05.0612 - TRT 05ª Região \*

0042900-13.2003.5.05.0621 - TRT 05ª Região \*

0055100-86.2002.5.05.0621 - TRT 05ª Região \*

0119900-21.2005.5.05.0621 - TRT 05ª Região \*

0164500-25.2008.5.05.0621 - TRT 05ª Região \*

0264800-58.2009.5.05.0621 - TRT 05ª Região \*

0000353-44.2011.5.05.0631 - TRT 05ª Região \*

0000366-43.2011.5.05.0631 - TRT 05ª Região \*

0027900-40.2003.5.05.0631 - TRT 05ª Região \*

0038900-32.2006.5.05.0631 - TRT 05ª Região \*

0081700-70.2009.5.05.0631 - TRT 05ª Região \*

0090300-22.2005.5.05.0631 - TRT 05ª Região \*

0000400-74.2001.5.05.0661 - TRT 05ª Região \*

0000800-54.2002.5.05.0661 - TRT 05ª Região \*

0032600-95.2005.5.05.0661 - TRT 05ª Região \*

0054400-82.2005.5.05.0661 - TRT 05ª Região \*

0067200-74.2007.5.05.0661 - TRT 05ª Região \*\*

0000861-33.2013.5.06.0003 - TRT 06ª Região \*

0000900-59.1992.5.06.0005 - TRT 06ª Região \*

0000400-45.1997.5.06.0011 - TRT 06ª Região \*

0043500-74.2008.5.06.0251 - TRT 06ª Região \*

0000205-22.2013.5.06.0312 - TRT 06ª Região \*

0156400-26.2008.5.07.0007 - TRT 07ª Região \*

0051300-05.1997.5.07.0028 - TRT 07ª Região \*

0001160-29.2013.5.08.0011 - TRT 08ª Região \*

2600300-40.2007.5.09.0006 - TRT 09ª Região \*

2351400-49.2008.5.09.0014 - TRT 09ª Região \*

0000779-39.2014.5.09.0017 - TRT 09ª Região \*

0001782-11.2014.5.09.0023 - TRT 09ª Região \*

0002575-71.2013.5.09.0091 - TRT 09ª Região \*

0001000-11.2013.5.09.0129 - TRT 09ª Região \*

0055300-06.2009.5.09.0664 - TRT 09ª Região \*

0232400-45.2009.5.09.0664 - TRT 09ª Região \*

0001106-65.2014.5.09.0853 - TRT 09ª Região \*

0000334-09.2014.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0001489-13.2015.5.10.0012 - TRT 10ª Região \*

0003476-28.2013.5.12.0003 - TRT 12ª Região \*

0000783-34.2014.5.12.0004 - TRT 12ª Região \*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

0004436-70.2012.5.12.0018 - TRT 12ª Região \*

0004743-24.2012.5.12.0018 - TRT 12ª Região \*

0001402-13.2014.5.12.0020 - TRT 12ª Região \*

0005252-92.2012.5.12.0037 - TRT 12ª Região \*

0000036-84.2016.5.12.0046 - TRT 12ª Região \*

0130154-88.2014.5.13.0015 - TRT 13ª Região \*

0000577-86.2016.5.13.0015 - TRT 13ª Região \*

0161300-86.2006.5.15.0011 - TRT 15ª Região \*

0210400-61.2007.5.15.0015 - TRT 15ª Região \*

0000594-26.2011.5.15.0021 - TRT 15ª Região \*

0121600-80.2005.5.15.0030 - TRT 15ª Região \*

0010607-94.2015.5.15.0037 - TRT 15ª Região \*

0000201-59.2014.5.15.0098 - TRT 15ª Região \*

0071300-18.2007.5.15.0104 - TRT 15ª Região \*

0051700-97.2007.5.15.0140 - TRT 15ª Região \*\*

0000729-84.2015.5.17.0007 - TRT 17ª Região \*

0084000-52.2006.5.17.0121 - TRT 17ª Região \*

0013701-97.2007.5.17.0191 - TRT 17ª Região \*

0011428-92.2015.5.18.0012 - TRT 18ª Região \*

0133700-71.2005.5.18.0131 - TRT 18ª Região \*\*

0010944-13.2014.5.18.0271 - TRT 18ª Região \*

0010710-35.2013.5.18.0281 - TRT 18ª Região \*\*

0011439-27.2014.5.18.0281 - TRT 18ª Região \*\*

0007000-80.2009.5.19.0002 - TRT 19ª Região \*

0131500-70.2004.5.20.0002 - TRT 20ª Região \*

0044500-87.2008.5.20.0003 - TRT 20ª Região \*

0080700-93.2008.5.20.0003 - TRT 20ª Região \*

0001353-17.2013.5.20.0009 - TRT 20ª Região \*

0142600-33.2002.5.21.0012 - TRT 21ª Região \*

0057300-06.1993.5.21.0017 - TRT 21ª Região \*

0001367-33.2011.5.22.0003 - TRT 22ª Região \*

0045700-84.2009.5.24.0003 - TRT 24ª Região \*

0001639-33.2012.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*

0001702-58.2012.5.24.0004 - TRT 24ª Região \*

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

\*\* Débito com exigibilidade suspensa.

**Total de processos: 354.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.





## CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BANCO BRADESCO S.A. (CNPJ 60.746.948/0001-12) encontra-se autorizado por esta Autarquia:

- a. a funcionar como banco múltiplo;
- b. a operar com a(s) carteira(s):
  - Carteira Comercial
  - Carteira de Crédito Financ. e Investimento
  - Carteira de Crédito Imobiliário
  - Carteira de Investimento
  - Carteira de Arrendamento Mercantil
- c. a realizar operações de:
  - Mercado de Câmbio
  - Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 11:13:38 do dia 25/10/2019, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: KNudDSuDJGXPOMLa5I6r

Certidão emitida gratuitamente.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Dearf)  
Divisão de Gestão, Planejamento e Logística (Digcp)  
SBS - Quadra 3 - Bloco B - Edifício Sede - 19º Andar  
70074-900 Brasília - DF  
E-mail: [digcp.dearf@bcb.gov.br](mailto:digcp.dearf@bcb.gov.br)



**Confirmação de certidão emitida**

Entidade Supervisionada **BANCO BRADESCO S.A.**

CNPJ **60.746.948/0001-12**

Autorizações - Mercado de Câmbio  
- Crédito Rural

- Carteira Comercial  
- Carteira de Crédito Financ. e Investimento  
Carteiras - Carteira de Crédito Imobiliário  
- Carteira de Investimento  
- Carteira de Arrendamento Mercantil

Data e hora da emissão **25/10/2019 11:13:38**

Código de validação **KNudDSuDjGXPOMLa516r**

**O Banco Central do Brasil confirma a autenticidade da certidão**

[Imprimir esta página](#)





**Prefeitura do Município de Osasco**  
**Secretaria de Indústria, Comércio e Abastecimento**  
**Casa do Empreendedor**

**ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO - EXERCÍCIO 2019**

Inscrição Municipal <b>0000015383</b>	Inscrição do IPTU <b>23242.23.09.0001.00.000.02</b>	Inscrição Estadual	Reg. Jucesp <b>3530002779-5</b>
Nome ou Razão Social <b>BANCO BRADESCO SA</b>			
CPF/CNPJ <b>60.746.948/0001-12</b>	Início Atividade <b>10/03/1943</b>	Última Renovação <b>29/03/2019</b>	Nº Processo
Endereço de Localização <b>NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N - PREDIO NOVO</b>			
CEP <b>06029-900</b>	Bairro <b>VILA YARA</b>	Cidade <b>OSASCO - SP</b>	
Descrição da Atividade <b>OPERACOES BANCARIAS</b>			
CNAE Principal <b>6422-1/00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial</b>			
Nº de Vistoria AVCB/CLCB <b>342216</b>	Validade do AVCB/CLCB <b>05/02/2023</b>	Área do AVCB/CLCB <b>11220,00</b>	Lotação <b>0</b>
Documento Válido até 31/03/2020		Data da Emissão: 29/03/2019	



**Motivo da Alteração**

**PROVIDENCIADO A ALTERAÇÃO DO REGIME DE ESTIMADO PARA AUTO LANÇADO CONFORME PORTARIA INTERNA Nº 06/2016 - SF A PARTIR 01/01/2017 - DIGITADO EM 02/01/2017**

**Observações**

**EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS ARTS. 13 A 16 DA LEI Nº 4.874/17, QUE INSTITUIU O DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO - DTE, REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 11.935/19, A COMUNICAÇÃO DO FISCO MUNICIPAL COM OS CONTRIBUINTE SE DARÁ ELETRONICAMENTE, NA FORMA E PRAZOS DOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUPRACITADOS.**

**Atenção**

**LEI COMPL. 139 - 24/11/2005 ART. 120 A QUALQUER TEMPO A LICENÇA PODERÁ SER CASSADA, DESDE QUE DEIXEM DE EXISTIR TODA E QUALQUER CONDIÇÃO QUE A LEGITIMOU, OU QUANDO O SUJEITO PASSIVO, MESMO APÓS AS APLICAÇÕES DAS PENALIDADES CABÍVEIS, NÃO CUMPRIR AS DETERMINAÇÕES DA MUNICIPALIDADE OU DOS ORGÃOS SUPERIORES RESPONSÁVEIS PELA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, AINDA QUE NÃO ATRIBUÍDA ESTA ÚLTIMA AO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO. A INSCRIÇÃO DEVERÁ SER RENOVADA ANUALMENTE ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS DE MARÇO, FICANDO, AINDA, O RESPONSÁVEL OBRIGADO A COMUNICAR À REPARTIÇÃO COMPETENTE, DENTRO DO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, A CONTAR DA DATA EM QUE OCORREREM AS ALTERAÇÕES QUE SE VERIFICAREM EM QUALQUER DAS CARACTERÍSTICAS MENCIONADAS, SOB A PENA DE SANÇÕES PREVISTAS EM LEIS. ESTÁ DECLARAÇÃO DEVERÁ SER MANTIDA NO ESTABELECIMENTO PARA APRESENTAÇÃO AO FISCO, QUANDO SOLICITADO.**



À  
**Prefeitura Municipal De São José das Palmeiras - PR**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019**

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO**


Ao

Município de São José das Palmeiras/PR

A instituição financeira Banco Bradesco S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12, sediada na Cidade de Deus, S/N, bairro Vila Yara, município de Osasco – SP, por meio de seus representantes legais a Sra. **Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**, Analista Suporte Comercial Sênior, casada, brasileira, portadora do RG nº 586612203 - SSP/BA e CPF nº 899.887.795-34 e a Sra. **Eliete Maria Martins de Souza**, Analista Suporte Comercial Pleno, casada, brasileira, portadora do RG nº 22.120.485-4 – SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

**BANCO BRADESCO S.A.**



**Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**  
Analista Suporte Comercial Sênior



**Eliete Maria Martins de Souza**  
Analista Suporte Comercial Pleno



À  
**Prefeitura Municipal De São José das Palmeiras - PR**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019**

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO**

Ao

Município de São José das Palmeiras/PR

A instituição financeira Banco Bradesco S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12, sediada na Cidade de Deus, S/N, bairro Vila Yara, município de Osasco – SP, por meio de seus representantes legais a Sra. **Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**, Analista Suporte Comercial Sênior, casada, brasileira, portadora do RG nº 586612203 - SSP/BA e CPF nº 899.887.795-34 e a Sra. **Eliete Maria Martins de Souza**, Analista Suporte Comercial Pleno, casada, brasileira, portadora do RG nº 22.120.485-4 – SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

**BANCO BRADESCO S.A.**



**Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**  
Analista Suporte Comercial Sênior



**Eliete Maria Martins de Souza**  
Analista Suporte Comercial Pleno



**À**  
**Prefeitura Municipal De São José das Palmeiras - PR**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019**

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO**

Ao

Município de São José das Palmeiras/PR

A instituição financeira Banco Bradesco S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12, sediada na Cidade de Deus, S/N, bairro Vila Yara, município de Osasco – SP, por meio de seus representantes legais a Sra. **Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**, Analista Suporte Comercial Sênior, casada, brasileira, portadora do RG nº 586612203 - SSP/BA e CPF nº 899.887.795-34 e a Sra. **Eliete Maria Martins de Souza**, Analista Suporte Comercial Pleno, casada, brasileira, portadora do RG nº 22.120.485-4 – SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71, declara que **CONCORDA** em prestar os serviços conforme normas estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 04/2019 e Termo de Credenciamento com valor de preestabelecido (anexo I).

**BANCO BRADESCO S.A.**



**Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**  
Analista Suporte Comercial Sênior



**Eliete Maria Martins de Souza**  
Analista Suporte Comercial Pleno



À

**Prefeitura Municipal De São José das Palmeiras - PR**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO QUE A EMPRESA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO**  
**SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA, OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU**  
**DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.**

Ao

Município de São José das Palmeiras/PR

A instituição financeira Banco Bradesco S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 60.746.948/0001-12, sediada na Cidade de Deus, S/N, bairro Vila Yara, município de Osasco – SP, por meio de seus representantes legais a Sra. **Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**, Analista Suporte Comercial Sênior, casada, brasileira, portadora do RG nº 586612203 - SSP/BA e CPF nº 899.887.795-34 e a Sra. **Eliete Maria Martins de Souza**, Analista Suporte Comercial Pleno, casada, brasileira, portadora do RG nº 22.120.485-4 – SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71, participante da licitação para fornecimento/execução do objeto do Edital de Chamamento Público nº 04/2019 e Termo de Credenciamento, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, tampouco sócio cotista ou dirigente que seja cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante.

**BANCO BRADESCO S.A.**

**Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**  
Analista Suporte Comercial Sênior



**Eliete Maria Martins de Souza**  
Analista Suporte Comercial Pleno



À  
**Prefeitura Municipal De São José das Palmeiras - PR**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019**

**DADOS DOS REPRESENTANTES LEGAIS DO BANCO**


Pelo presente, o **Banco Bradesco S.A.**, com sede na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara – Osasco – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, informa seus representantes legais com poderes para a assinatura do Termo de Contrato desta licitação:

Representantes Legais:

Sra. **Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**, Analista Suporte Comercial Sênior, casada, brasileira, com endereço comercial na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara – Osasco/SP portadora do RG nº 586612203 - SSP/BA e CPF nº 899.887.795-34;

Sra. **Eliete Maria Martins de Souza**, Analista Suporte Comercial Pleno, casada, brasileira, com endereço comercial na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara – Osasco/SP portadora do RG nº 22.120.485-4 – SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71.

**BANCO BRADESCO S.A.**



**Daniela Sampaio de Souza Oyadomari**  
Analista Suporte Comercial Sênior



**Eliete Maria Martins de Souza**  
Analista Suporte Comercial Pleno





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

CONTRATO Nº 088/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019, PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITA PÚBLICAS, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS E A EMPRESA BANCO BRADESCO S.A, NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR:

Pelo presente instrumento o Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979 – centro – São José das Palmeiras/PR CEP 85898-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, GILBERTO FERNANDES SALVADOR, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SESP/P residente e domiciliado à Rua Marechal Costa e Silva, 832 – Centro, na cidade de São José das Palmeiras - Estado do Paraná, simplesmente de CREDENCIANTE, e de outro lado a empresa BANCO BRADESCO S.A, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 60.746.948/0001-12, estabelecido na Cidade de Deus, s/n – Vila Yara – Osasco/SP, neste ato representado pela Sra. DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARIA, analista suporte Comercial Senior, casada, brasileira, com endereço comercial na Cidade de Deus, s/n – Vila Yara – Osasco/SP, portadora da RG nº 586612203 SSP/BA e CPF nº 899.887.795-34 e pela Sra. ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA, analista suporte comercial pleno, casada, brasileira, com endereço comercial na Cidade de Deus, s/n – Vila Yara – Osasco/SP, portadora do RG nº 22.120.485-4 SSP/SP e CPF nº 294.021.648-71, doravante denominado simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente Termo de Credenciamento tem por objeto para a Prestadores de Serviços de Arrecadação de Receita Públicas.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO**

A CREDENCIADA deverá:

- a – Executar os Serviços de Arrecadação de Receita Públicas, conforme os termos deste credenciamento.
- b -O início dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA deverá ser imediato, logo após a assinatura do Contrato, cuja vigência será prorrogável por comum acordo entre as partes, nos termos do art. 57 II, da Lei nº 8.666/93;
- c - A CONTRATADA ficará responsável pela administração do recebimento de tributos e demais receitas municipais do CONTRATANTE, representados por Documento de Arrecadação Municipal – DAM, com código de barras padrão FEBREABAN.
- d Os documentos físicos autenticados nos guichês de caixa deverão ser guardados por no mínimo 02 (dois) dias após o repasse do valor arrecadado para o CONTRATANTE.



Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281  
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

e - A CONTRATADA não se responsabilizará pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das hipóteses:

O documento de arrecadação não seja adequado ao padrão FEBRABAN;

O documento de arrecadação for impróprio;

O documento de arrecadação vencido contenha no campo de informações complementares "NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO";

Documento de arrecadação vencido em anos anteriores;

O documento de arrecadação contiver emendas e rasuras;

Documento de arrecadação com valor em Valor de Referência (VR);

F - Nos casos de recebimento indevido dos documentos de arrecadação a CONTRATADA assume total e integral responsabilidade pelo repasse das diferenças dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estão sujeitas até a data do efetivo recolhimento;

g - A CONTRATADA recolherá as arrecadações, de acordo com as instruções de preenchimento e cálculos emanados pelo CONTRATANTE;

h - A CONTRATADA repassará o produto da arrecadação ao CONTRATANTE até o 2º (segundo) dia útil após a data do recebimento;

i - O repasse do produto de arrecadação será efetuado por meio de crédito em conta de livre movimentação da CONTRATANTE junto ao Banco Oficial a ser indicado posteriormente pelo Município de São José das Palmeiras-PR;

j - A CONTRATADA disponibilizará a CONTRATANTE as informações relativas à arrecadação, por meio de tele transmissão eletrônica, até o dia útil seguinte ao dia da arrecadação;

k - A não observância do prazo estabelecido no item anterior implicará na obrigatoriedade de remuneração pela CONTRATADA ao CONTRATANTE com base na Taxa Referencial de Títulos Federais (Selic), calculada pela variação da mesma da data prevista para repasse após o recebimento até a data do efetivo repasse.

l - Após a retirada do meio de tele transmissão eletrônico por parte do CONTRATANTE, fica estabelecido o prazo semanal para leitura e devolução à CONTRATADA;

m - No caso de apresentação de inconsistência a CONTRATADA, por sua vez, deverá regularizar dentro de 24 (vinte e quatro) horas após a recepção do comunicado de inconsistência;



Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281  
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

- n - Na caracterização de diferenças ou faltas de prestação das contas recebidas na CONTRATADA caberá ao CONTRATANTE o envio de cópias das contas que originaram a diferença, para regularização, dentro de 48 (quarenta e oito) horas;
- o - Na caracterização de documentos de arrecadação recebidos pela CONTRATADA, fora da condição estabelecida, caberá ao CONTRATANTE, tão somente, o envio dos dados constantes do DAM e dos valores repassados pela CONTRATADA, juntamente com os documentos de arrecadação municipal – DAMs das diferenças dos valores recebidos a menor, acrescidos das penalidades legais a que estiverem sujeitas, até a data do efetivo recolhimento;
- p - A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento de contas, tributos e demais receitas do município, de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.
- R - É vedados o pagamento mediante cheque, seja emitido pelo próprio contribuinte seja por terceiro;
- S - A CONTRATADA enviará o montante arrecadado correspondente à cobrança dos Documentos de Arrecadação Municipal – DAM's ao CONTRATANTE em sua totalidade;
- T - A CONTRATADA ficará desobriga a de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos a valores, depois de decorrido 02 (dois) anos da data de arrecadação;
- u- A desobrigação prevista no item anterior não se aplicará nos casos de documentos apresentados pelos contribuintes ao CONTRATANTE e autenticados pelo CONTRATADA, cujos valores não foram repassados na data da arrecadação, nem nos casos de informação de caráter legal, que estarão sob a égide da Lei 5.172/66, art. 174 ( Código Tributário Nacional);
- w - A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de regularidade fiscal para sua assinatura;
- y - A CONTRATADA deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados;
- z A CONTRATADA deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier causar ao CONTRATANTE, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outros cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório em regular processo administrativo;
- aa - O CONTRATANTE deverá efetuar a validação do meio magnético ou tele transmissão no prazo de 15 ( quinze) dias corridos após sua disponibilização;
- bb- O lançamento da arrecadação se dará exclusivamente pelo valor bruto, sem qualquer tipo de desconto;



Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281  
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

cc - O valor relativo aos encargos financeiros da operação, obrigatoriamente, deverá ser demonstrado em separado no extrato da prestação dos serviços e liquidado quando da Transferência da Arrecadação;

dd- O CONTRATANTE providenciará a emissão e remessa dos Documentos de Arrecadação Municipal – DAM aos contribuintes.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto deste Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA tarifa conforme estabelecido no Anexo I do edital de chamamento público.

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO**

Para fins contábeis e de prestação de contas, o pagamento à CONTRATADA se fará no momento do DAM;

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente pacto vigorará até 18/10/2020, podendo ser prorrogado em até igual período, mediante termo aditivo e consensual se a administração achar conveniente. Se houver prorrogação deste Termo de Credenciamento, será usado como indexador o índice do INPC anual.

**CLAUSULA SEXTA – DOTAÇÃO**

Para o objeto deste Termo de Credenciamento os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	700	04.001.04.123.0003.2014	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

A(S) CREDENCIADAS(S) obriga(m)-se:

I - Executar os serviços em conformidade com o este termo de credenciamento.

II - Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciárias, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, tributárias, material, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços.

II a. Sub-entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, fornecimento de mão-de-obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material, de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessórios e/ou necessárias, não especificadas neste contrato.







ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

III - Cumprir fielmente o termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

IV - Prestar informações sobre os serviços.

V - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do termo de credenciamento e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

Compete a CREDENCIANTE:

I - Efetuar o pagamento para a CREDENCIADA, conforme previsto neste termo de credenciamento.

#### CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 58 e 87, incisos I, II, III, IV e §1º ao §3º da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente termo de credenciamento.

Na ocorrência de uma ou mais das situações abaixo relacionadas, será aplicada, à CREDENCIADA, multa na razão de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor mensal dos serviços prestados, juntamente com advertência até a efetiva regularização da situação, sendo que o prazo para a regularização será de no mínimo 2 (dois) dias úteis e no máximo 8 (oito) dias úteis, conforme cada caso, após esse prazo, o termo de credenciamento será rescindido, sendo aplicada a pena prevista no inciso III, do Artigo 87, da Lei 8666/93 e alterações, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses:

I - Recusa injustificada em proceder ao início dos trabalhos, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura do termo de credenciamento.

II - No caso de suspensão ou paralisação dos serviços sem motivos justificados.

III - O descumprimento total ou parcial de toda ou qualquer obrigação assumida através do presente termo de credenciamento.

VI - Não repassar os valores arrecadados até o segundo dia útil após a data do recebimento, que deverá ser efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do Município.

A CREDENCIANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela CREDENCIADA, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

As penalidades previstas serão aplicadas sem prejuízos das cominações estabelecidas na Lei 8.666/93, de 21/06/93 e alterações introduzidas na Lei 8.883 de 08/06/94.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

No caso de incidência de uma das situações previstas na Cláusula Nona, a CREDENCIANTE, notificará a(s) CREDENCIADA(S), para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.



Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281  
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE poderá, depois de garantida a prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções, conforme o artigo 87 da Lei 8.666/93:

a. Advertência.

b. Multa de 10% (dez) por cento sobre o valor mensal do termo de credenciamento, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula deste, dobrável em caso de reincidência.

c. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período não superior a 2 (dois) anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa penalizada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes após o prazo da sanção aplicada, com base na letra "c" desta cláusula.

As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CREDENCIADA

A CREDENCIADA não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente instrumento, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CREDENCIADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS OMISSOS E LEI REGRADORA

O presente termo de credenciamento reger-se-á pelo Edital de Chamamento Público nº 04/2019 e pela Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e demais subseqüentes, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

Fica vinculado o presente instrumento ao termo do Edital de chamamento público nº 04/2019 e que com seus ANEXOS integra-se este termo de credenciamento, independente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

A CREDENCIADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Administração, consoante prevê o artigo 77 e 78 da lei vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUITA - DA LEI REGRADORA

O presente termo de credenciamento reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.



Rua Marechal Castelo Branco, 979 – Fones/Fax: 45-32591150 e 3259-1281  
Palmeiras-PR

CEP 85898000 – São José das





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL**

São motivos de rescisão do Termo de Credenciamento, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no Artigo 78 da lei regente, acrescidos do seguinte:

- a - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 60 (sessenta) dias pelo interessado. B - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
  - c - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
  - d - venha a agir com dolo, culpa simulação ou em fraude na execução dos serviços.
  - e - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao Termo de Credenciamento.
  - f - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - g - reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos.
  - h - falta grave a Juízo do Município.
  - i - abandono total ou parcial do serviço.
  - j - não dar início às atividades no prazo previsto.
  - l - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.
  - m - rescisão, em conformidade com art. 78 e parágrafos, da Lei 8666/93 e posteriores alterações.
  - n - descumprimento, pela CREDENCIADA, das penalidades impostas pela CREDENCIANTE.
  - o - prestação dos serviços de forma inadequada.
- Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados no valor avençado.

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sra. Marisa Mendes de Araújo**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.








ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33


**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

As partes elegem o Foro da comarca de Santa Helena/PR para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

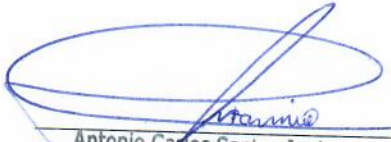
São José das Palmeiras, 12 de Novembro de 2019.

  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS  
GILBERTO FERNANDES SALVADOR  
CONTRATANTE

  
BANCO BRADESCO S.A.  
DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI  
CONTRATADA

  
BANCO BRADESCO S.A.  
ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

  
Antonio Carlos Santos Junior  
CPF: 345.501.958-78



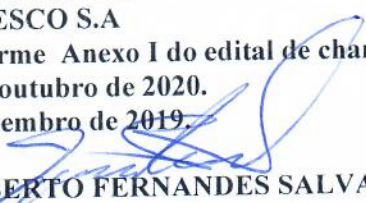




ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 088/2019  
DE INEXIGIBILIDADE Nº 06/2019**

**OBJETO:** Credenciamento para a Prestadores de Serviços de Arrecadação de Receita Públicas.  
**CONTRATANTE:** Município de São José das Palmeiras.  
**CONTRATADO:** BANCO BRADESCO S.A  
**Valor:** Valores estabelecidos conforme Anexo I do edital de chamamento público nº 04/2019.  
**VIGÊNCIA:** Expira – se em 31 de outubro de 2020.  
São José das Palmeiras, 12 de Novembro de 2019.

  
**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal